

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

CINEMATECA CAPITÓLIO

A DINÂMICA DO ARQUIVISTA COM OS
DOCUMENTOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL

Louise
Nyang
Folgiarini

PORTO ALEGRE
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

LOUISE AYANG FOLGIARINI

**CINEMATECA CAPITÓLIO: A DINÂMICA DO ARQUIVISTA COM OS
DOCUMENTOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL**

PORTO ALEGRE

2023

LOUISE AYANG FOLGIARINI

**CINEMATECA CAPITÓLIO: A DINÂMICA DO ARQUIVISTA COM OS
DOCUMENTOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof^ª Ms. Valéria Raquel
Bertotti.

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Folgiarini, Louise Ayang
Cinemateca Capitólio: a dinâmica do arquivista com
os documentos de cinema e audiovisual / Louise Ayang
Folgiarini. -- 2023.
99 f.
Orientadora: Valéria Raquel Bertotti.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Cinemateca. 2. Acervos Audiovisuais. 3. Funções
Arquivísticas. 4. Cinemateca Capitólio. 5. Arquivos de
Filmes. I. Raquel Bertotti, Valéria, orient. II.
Título.

LOUISE AYANG FOLGIARINI
CINEMATECA CAPITÓLIO: A DINÂMICA DO ARQUIVISTA COM OS
DOCUMENTOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em
BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Ms. Valéria Raquel Bertotti - UFRGS/DCI
Orientadora

Prof^a Ms. Marlise Maria Giovanaz - UFRGS/DCI
Examinadora

Arquivista Vivian Eiko Nunes Fujisawa
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Sandra Ayang, a mulher de maior força e potência que eu conheço. Sua dedicação em minha criação e incentivo com meus estudos foram essenciais para eu ser quem sou hoje. Independência de pensar e de ser, foi algo que aprendi com minha mãe, e que levo para minha vida.

Ao meu pai Carlos Folgiarini, que sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir meus sonhos, e também por me introduzir aos arquivos audiovisuais desde pequena, através das filmagens que fazia de nossa família.

Meus pais me deram o melhor presente, a minha irmã Laura Ayang Folgiarini. Obrigada pelas conversas e momentos de ternura, seu acalento se fez essencial, tu és minha inspiração.

A minha família, especialmente minha tia Jussara Ayang, a primeira arquivista que conheci e dinda de coração, além do apoio e carinho de sempre, e a minha prima Ana Carolina Ayang, pela parceria e conselhos imprescindíveis. Também a minha dinda Jussara Folgiarini e a prima Gabriela Folgiarini, por todo acolhimento e amor que eu precisava durante a escrita deste trabalho.

Durante a graduação conheci pessoas fundamentais para eu chegar até aqui. Obrigada especialmente às colegas de arquivologia: Thainá Correa, Natália Gaiecki, Amanda Xavier e Jamile Ghisio. Sou grata pelo coleguismo destas mulheres incríveis. Também agradeço a outros colegas do curso com quem tive imenso prazer de conviver e aprender junto.

A minha professora orientadora Valéria Bertotti, que em nenhum momento soltou minha mão e sempre apoiou minha ideia de TCC, além dos abraços acalorados que aqueciam meu coração durante as orientações. A professora e amiga Marieta Marks Löw, que com sua imensurável inteligência e simpatia, tornava as aulas em um lugar de muito aprendizado e troca, fazendo eu entender arquivologia como ninguém. A professora Marlise Giovanaz, que através das suas aulas incríveis, conseguia transmitir conhecimento de uma maneira única e enriquecedora. Ao professor Jorge Vivar, que sempre foi muito atencioso e nunca

hesitou em ajudar os estudantes. A professora Rita Portela, que me deu a primeira aula de arquivologia quando entrei na faculdade, nunca vou esquecer de como foi acolhedora e amada com os alunos. Ao Alexandre Leboutte, que se tornou um parceiro nos estágios e nas aulas. Ao servidor Claudio Macedo, que inúmeras vezes me auxiliou com os estágios e outras funções burocráticas da faculdade. A bibliotecária Josiane Costa, por sanar minhas dúvidas em relação às normas da ABNT com seu excelente serviço na biblioteca da FABICO¹. A minha confidente de Santa Maria, Larissa Toniolo, que me ajudou com a apresentação deste trabalho. E ao meu amigo bibliotecário Dalvyn Nunes, que me auxiliou com o TCC.

Fiz bolsa e estágios em alguns lugares, onde conheci pessoas das quais faço questão de mencionar. A arquivista Rose Iensen da Cinemateca Capitólio, que sempre me acolheu com muito carinho, e também claro pelas inúmeras conversas que rendiam ótimas risadas, sendo uma mulher e profissional exemplar. Agradeço também a Maria Osmari, arquivista que admiro muito. Ambas foram essenciais para a construção deste trabalho. E claro a Cinemateca Capitólio, pela oportunidade de estágio e o apoio para o desenvolvimento deste TCC.

A equipe do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. Primeiramente a arquivista Eiko Fujisawa por ter me dado a oportunidade de trabalhar no museu, pelos ensinamentos sobre preservação, além dos conselhos valiosos sobre a vida, uma inspiração para mim. A arquivista Laura Arce, que sempre me recebeu com seu sorriso contagiante e me deu muito apoio quando precisei. E a historiadora Estela Machado, que realizou um grande sonho meu, me ensinando a manusear filmes em película com seu jeito doce e paciente, uma preservadora audiovisual excepcional.

Ao Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, especialmente a Sala Redenção, cinema universitário do qual fui projetionista, curadora e frequentadora por anos. A sala foi meu lar por muito tempo e esse lugar me proporcionou experiências das quais jamais irei esquecer. Agradeço imensamente ao Edgar Heldwein por ter sido um pai para mim durante esse período.

¹ Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Quando descobri o cinema, era uma cinéfila solitária até conhecer o Pedro Dantas. As conversas, as sessões de filmes, tudo muito especial. São anos de amizade, de uma relação que só tenho a agradecer.

Aos espaços de cinematecas e a todos que se dedicam para a preservação e difusão da memória do cinema e audiovisual, sem vocês esta pesquisa não seria possível existir.

Apesar das dificuldades, foi graças à UFRGS que várias portas se abriram para mim, por isso sou grata por ter tido minha formação nesta universidade. Foram tantas pessoas especiais que passaram por mim durante a graduação, que é difícil nomear todas, mas que com certeza são significativas em minha vida. Por fim, a quem estiver lendo este trabalho, obrigada por estar aqui e que seja uma leitura agregadora.

“Enquanto ainda não inventemos a máquina para viajar no tempo, as imagens em movimento, os sons e fotografias são nossas únicas janelas ao passado.”

- Jeannette Garcés

RESUMO

Este trabalho aborda as atividades que são desempenhadas pelo profissional em arquivologia com os documentos de cinema e audiovisual. A pesquisa tem como enfoque um estudo de caso na instituição Cinemateca Capitólio, localizada em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo geral do trabalho é a análise da Cinemateca Capitólio nos aspectos que dizem respeito às funções arquivísticas de acordo com suas normas e boas práticas. Os objetivos específicos desta pesquisa são a identificação das práticas arquivísticas desenvolvidas no acervo documental de cinema e audiovisual da Cinemateca Capitólio; a apresentação das recomendações da arquivologia no âmbito das funções arquivísticas e a reconstituição da história do acervo da cinemateca. Sua metodologia é composta de entrevistas com roteiros, pesquisa bibliográfica e documental. Este trabalho apresenta a origem das cinematecas e como sua definição foi sendo construída ao longo do tempo, além de propor o debate sobre os conceitos de arquivos de cinema e audiovisual, mostrando a variedade de suportes documentais e a relevância destes acervos para a sociedade. A presente pesquisa mostra como as funções arquivísticas contribuem para o tratamento com os documentos e para este tipo de acervo, além de destacar a importância da presença do arquivista no debate sobre documentos cinematográficos e audiovisuais.

Palavras-chave: Cinemateca. Acervos Audiovisuais. Funções Arquivísticas. Cinemateca Capitólio. Arquivos de Filmes.

ABSTRACT

This work discusses the activities that are carried out by the archival professional with cinema and audiovisual documents. This research focuses on a case study at the institution Cinemateca Capitólio, localized in Porto Alegre - Rio Grande do Sul, Brazil. The general objective of this work is the analysis of the Cinemateca Capitólio in the aspects that concern archival functions in accordance with their standards and good practices. The specific objectives of this research are to identify the archival practices developed in the cinema and audiovisual documents collection of Cinemateca Capitólio; the presentation of archival recommendations within the scope of archival functions and the reconstitution of the history of the cinematheque's collection. Its methodology is composed of interviews with scripts, bibliographic and documentary research. This work presents the origin of cinematheques and how their definition was constructed over time, and also proposes a debate on the concepts of cinema and audiovisual archives, showing the variety of documents media and the relevance of these collections for society. The present research shows how archival functions contribute to the treatment of documents and this type of collection, in addition to highlighting the importance of the presence of the archivist in the debate on cinematographic and audiovisual documents.

Keywords: Cinematheque. Audiovisual Collections. Archival Functions. Cinemateca Capitólio. Film Archives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Vista externa da Cinemateca Capitólio.....	25
FIGURA 2 - Sala de cinema da Cinemateca Capitólio.....	26
FIGURA 3 - Biblioteca da Cinemateca Capitólio.....	26
FIGURA 4 - Sala de pesquisa da Cinemateca Capitólio.....	27
FIGURA 5 - Sala multimídia Décio Andriotti da Cinemateca Capitólio.....	27
FIGURA 6 - Galeria de exposições da Cinemateca Capitólio.....	28
FIGURA 7 - Exibição do filme Voando para o Rio (1933) no Cine-Theatro Capitólio em 1935.....	29
FIGURA 8 - Concurso da “Miss Capitólio” em 1938.....	29
FIGURA 9 - Vista externa de uma parte da obra da Cinemateca Capitólio.....	32
FIGURA 10 - Acervo no 5º andar da Usina do Gasômetro.....	35
FIGURA 11 - Termo de doação de acervo.....	50
FIGURA 12 - Termo de doação de depósito legal.....	51
FIGURA 13 - Descrição de uma fotografia do filme gaúcho O Quatrilho (1995), pertencente ao acervo.....	58
FIGURA 14 - Estudantes visitando a sala com a mesa enroladeira através do Projeto: Visitas Guiadas em 2016.....	61
FIGURA 15 - Estudantes de escola municipal em visita ao acervo da Cinemateca Capitólio em 2019.....	62
FIGURA 16 - Arquivista e bibliotecária guiando estudantes do Colégio Monteiro Lobato em visita a cinemateca em 2019.....	62
FIGURA 17 - Divulgação da 6ª semana dos arquivos em 2022.....	63
FIGURAS 18 e 19 - Folder da exposição “Cartazes: uma história do cinema brasileiro no Capitólio” de 2019.....	64
FIGURA 20 - Exposição permanente das obras cinematográficas do cineasta gaúcho Teixeira.....	64

FIGURA 21 - Exposição do filme E.T. O Extraterrestre (1982) na galeria de exposições da Cinemateca Capitólio em 2022.....	65
FIGURA 22 - Folder de divulgação e explicação do serviço de empréstimo de filmes em DVD's do acervo da cinemateca.....	66
FIGURA 23 - Antes e depois do processo de preservação através da digitalização e restauração do filme Sei Onde Fica o Paraíso (1945) pela The Film Foundation.....	74
FIGURAS 24 e 25 - Salas de filmes em películas.....	75
FIGURA 26 - Sala de acervo de filmes em VHS, Betacam, DVD, Blu-ray, HD.....	76
FIGURA 27 - Sala com os documentos textuais.....	76
FIGURA 28 - Tabela de temperatura e umidade	77
FIGURA 29 - Desumidificador do acervo.....	78
FIGURA 30 - Termo-higrômetro.....	78
FIGURA 31 - Caixas-arquivos do acervo.....	79
FIGURA 32 - Cartaz do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) do acervo da Cinemateca Capitólio.....	79
FIGURA 33 - Fotografia do acervo da Cinemateca Capitólio.....	80
FIGURA 34 - Roteiro do curta-metragem Ilha das Flores (1989).....	81
FIGURA 35 - Filmes em suporte VHS do acervo da Cinemateca Capitólio.....	81
FIGURA 36 - Filmes em película do acervo da Cinemateca Capitólio.....	82
FIGURA 37 - Filme em película na mesa enroladeira.....	83
FIGURA 38 - Os tipos de tamanhos de uma bitola cinematográfica.....	84
FIGURA 39 - Tabela de digitalização para preservação.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

AAMICA - Associação dos Amigos do Cinema Capitólio

ABPA - Associação Brasileira de Preservação Audiovisual

ANIM - Arquivo Nacional das Imagens em Movimento

APTC-RS - Associação de Técnicos Cinematográficos do RS

ARQ-SP - Associação de Arquivistas de São Paulo

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCA - Coordenação de Cinema e Audiovisual

CCAAA - Conselho de Coordenação de Associações de Arquivos Audiovisuais

CDM - Centro de Documentação e Memória

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CPBA - Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos

CTAv - Centro Técnico Audiovisual

CTDAISM - Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais

DCC - Digital Curation Centre

DVD - Digital Versatile Disc

EPIs - Equipamento de Proteção Individual

FIAF - Federação Internacional de Arquivos de Filmes

Fumproarte - Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre

Funarte - Fundação Nacional de Artes

Fundacine - Fundação Cinema do RS

HD - Hard Disk

ICA - Conselho Internacional de Arquivos

IPHAE - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) - Norma Internacional de Descrição Arquivística

ISDF - Norma Internacional para a Descrição de Funções

ISDIAH - Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico

JPEG - Joint Photographic Experts Group

LAI - Lei de Acesso à Informação

LD - LaserDisc

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LTO - Linear Tape-Open

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

SESC - Serviço Social do Comércio

SINAR - Sistema Nacional de Arquivos

SMC - Secretaria Municipal da Cultura

SMCEC - Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

SMED - Secretaria Municipal de Educação

CCVF - Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia

PDF - Portable Document Format

pH - Potencial de Hidrogênio

TIFF - Tagged Image File Format

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

VHS - Video Home System

WCP - World Cinema Project

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CINEMATECA: ORIGEM E DEFINIÇÕES	21
3 CINEMATECA CAPITÓLIO	25
3.1. Origem do Prédio.....	28
3.2 Origem do Acervo.....	33
3.3 Acervo Documental da Cinemateca Capitólio.....	38
4 ACERVO DOCUMENTAL DE CINEMA E AUDIOVISUAL	42
5 AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS NA CINEMATECA CAPITÓLIO	47
5.1 Produção/Criação.....	48
5.2 Aquisição.....	52
5.3 Avaliação.....	53
5.4 Classificação.....	54
5.5 Descrição.....	55
5.6 Difusão.....	58
5.7 Preservação.....	67
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A	95
APÊNDICE B	96
ANEXO A	98

1 INTRODUÇÃO

Conhecido mundialmente como a sétima arte, o cinema surgiu como um conceito de imagem em movimento, e partindo dessa concepção, os filmes foram desenvolvendo novas formas, narrativas, bem como nos aspectos visuais e sonoros.

O cinema teve antepassados. No século 17, o cientista holandês Christiaan Huygens, criou a “lanterna mágica”, conhecido depois como projetor, onde imagens que eram pintadas em uma placa de vidro, assim projetadas em um fundo branco, tornando-se um espetáculo na época para o grande público.

Neste processo, três invenções foram fundamentais para o surgimento do cinema. Primeiramente o "cinetógrafo", invenção de 1888 que registrava imagens animadas, do empreendedor e inventor estadunidense Thomas Edison, seguido pelo escocês William Kennedy Laurie Dickson, que em 1891 criou o “cinetoscópio”, complementação da invenção anterior, onde essas imagens eram exibidas na própria máquina (importante ressaltar que Edison também foi o inventor do fonógrafo, aparelho que gravava e reproduzia o som). Em 1893, o francês Léon Bouly desenvolveu o “cinematógrafo”, que fazia a projeção das imagens em movimento em tela grande. Mas como Bouly não tinha condições financeiras para patentear sua ideia, quem a levou em diante e aperfeiçoou foram os irmãos Lumière em 1895, tornando-se um marco para o início do que é conhecido como cinema.

Com o tempo, o movimento cinematográfico foi ganhando novas perspectivas, como o desenvolvimento de efeitos visuais; ideias inéditas de narração de histórias; a passagem do cinema silencioso para o falado; o surgimento do cinema colorido (em formatos de technicolor e cinemascope por exemplo); filmes analógicos até a era digital, e assim segue-se até os dias atuais.

O cinema perdura desde o século 19 até hoje, onde pessoas consomem esta arte. Mas por quê o cinema fascina tantas pessoas de diversas épocas e públicos? Qual a sua importância para o mundo?

As respostas para estas perguntas vão para um caminho de cunho pessoal, já que é impossível falar por todas as pessoas que já existiram e existem nesse mundo, mas algo pode ser afirmado: filmes despertam emoções nas pessoas, as mais diversas possíveis, sejam risos ou lágrimas, identificação ou fantasia,

possibilidade de viajar e entreter, adentrando nas múltiplas narrativas que o cinema proporciona. Filmes podem contar a história real de um povo ou através da ficção, impactar um grupo de pessoas e assim fazer parte de sua cultura, trazer reflexões e novas formas de “ver” algo. O cinema também é como uma máquina do tempo, sendo uma forma de conhecer o passado (seja para fins de entretenimento ou estudo e pesquisa), e para ter esta oportunidade, é preciso preservar os filmes, para que as mais diversas gerações possam ter a chance de consumir a sétima arte de variadas épocas e assim sentir as inúmeras emoções que o cinema propicia. Para que isto aconteça, é fundamental a preservação dos filmes que se fazem presentes em espaços de memórias, como as cinematecas. No Brasil existem diversas entidades, como por exemplo, a Cinemateca Brasileira e a Cinemateca Capitólio, sendo esta última a instituição central desta pesquisa.

Localizada no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre/Brasil, a Cinemateca Capitólio é um espaço cultural que tem como objetivo a preservação e difusão da memória do cinema audiovisual gaúcho. Dentro da cinemateca, essa memória se faz presente através dos arquivos. Os acervos documentais de cinema e audiovisual despertam cada vez mais interesse de pesquisadores da área e curiosos, entretanto por estes arquivos pertencerem ao espectro cultural, muitas vezes são desvalorizados, o que dificulta o financiamento de verbas de forma mais uniforme e/ou frequente para estes acervos.

Justamente a área que estuda o arquivo, a arquivologia, pode contribuir para sua visibilidade, preservação e organização, através das diversas atividades estabelecidas na área, sendo estas, desde a forma de classificação e descrição dos documentos (com finalidade de representação e identificação), a durabilidade deles por meio da preservação e conservação, até o acesso (físico ou digital) dos arquivos, através da sua difusão.

A problematização do trabalho foi feita através dos questionamentos: As normas, diretrizes e recomendações consolidadas dentro da arquivologia são aplicáveis aos acervos cinematográficos e audiovisuais? Como as funções arquivísticas estão presentes na gestão destes acervos? Tendo a Cinemateca Capitólio como referência para este trabalho, outra indagação foi essencial: qual a

origem dos arquivos cinematográficos da Cinemateca Capitólio e como seu acervo foi constituído ao longo do tempo.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a Cinemateca Capitólio nos aspectos que dizem respeito às funções arquivísticas de acordo com suas normas e boas práticas. E seus objetivos específicos se delimitaram em:

- a) Identificar as práticas arquivísticas desenvolvidas no acervo da Cinemateca Capitólio;
- b) Apresentar as recomendações consolidadas pela arquivologia no âmbito das funções arquivísticas que são aplicadas para o tipo de acervo, escolhido neste estudo de caso;
- c) Reconstituir a história do acervo do Capitólio.

A metodologia deste trabalho foi de pesquisa exploratória, tendo como instrumento de coleta de dados a realização de entrevistas com roteiros, fontes como documentos institucionais e pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa foi considerada um estudo de caso, sendo feita uma investigação empírica em uma instituição, onde neste trabalho, foi explorado às funções arquivísticas desenvolvidas no acervo fílmico da Cinemateca Capitólio. E a sua abordagem foi feita através da análise de dados qualitativos, além da utilização de materiais teóricos para análise e assim para o desenvolvimento desta escrita.

Quanto às entrevistas, foram aplicadas duas. A primeira (APÊNDICE A), dirigida para a arquivista contratada da Cinemateca Capitólio, que teve como ponto fundamental a origem do acervo da instituição. E a segunda (APÊNDICE B), foi direcionada a outra arquivista, sendo esta servidora pública, onde a entrevista se baseou nas funções arquivísticas introduzidas por Rosseau e Couture (1998), neste caso, a aplicação destas funções no acervo da instituição.

O interesse desta pesquisa surgiu a partir da experiência adquirida pela autora do trabalho, durante os seus estágios feitos na Cinemateca Capitólio. Foi neste espaço que a discente desempenhou atividades de caráter arquivístico, com a orientação da arquivista da instituição. A escolha da temática da pesquisa se deu

pelo interesse por acervos documentais de cinema e audiovisual, juntamente com as funções arquivísticas desempenhadas especificamente no acervo da Cinemateca Capitólio.

Alguns trabalhos de conclusão de curso no âmbito arquivístico já foram desenvolvidos na linha de cinema e arquivologia, servindo como inspiração para a escrita desta pesquisa, que contemplou tópicos de documentos cinematográficos, trazendo em pauta as funções arquivísticas presentes no acervo da Cinemateca Capitólio.

2 CINEMATECA: ORIGEM E DEFINIÇÕES

Antes de adentrar sobre a Cinemateca Capitólio, se faz necessário compreender a origem e definições de cinemateca.

Seu nome “cinemateca” é composta pela palavra “cinema” e pelo sufixo “teca”, sendo este último originado do grego “thékê” que se refere a uma caixa ou repositório. Segundo Carou (2012, tradução própria), o fotógrafo polonês Boleslas Matuszewski, foi o pioneiro a reivindicar a criação de um local público para o depósito de filmes, através de suas obras: "Uma nova fonte para a história do cinema (Criação de um depósito da história cinematográfica)" e "Fotografia Animada", ambas de 1898. Apesar de seus escritos não terem atraído um grande público na época, suas ideias serviram de inspiração e mais tarde foram implementadas, quando a França fundou os arquivos e bibliotecas nacionais de cinema. Em seus escritos, Matuszewski aborda a necessidade de preservar as obras cinematográficas, considerando o valor histórico, além de propor a criação de arquivos de filmes e assim a salvaguarda destes (Chapman, 2013, tradução própria).

Kenz (1996, tradução própria) afirma que entre 1900 e 1930, nasceram diversas tentativas de cinematecas na Europa, nos Estados Unidos e na Rússia. Na cidade de Paris, dois projetos para a criação de uma cinemateca foram apresentados pelos jornalistas e vereadores Henri Turot em 1901 e Émile Massard em 1911, mas os projetos não tiveram avanço. Em Copenhague, o jornalista Anker Kirkeby organizou arquivos de filmes entre 1911 a 1912, com a finalidade de manter os registros de toda a Dinamarca, das quais caracterizavam a vida do povo do país.

Percebe-se que já havia um pensamento determinante para manter estes arquivos de modo permanente. Segundo Kenz (1996, tradução própria), em 1917 foi criado o Museu Nacional da Guerra na Grã-Bretanha (atual Museu Nacional da Guerra da Escócia) onde começaram a ser conservados filmes relativos à guerra. A Rússia foi outro país que desde cedo (durante a década de 20), notou o potencial e o papel que o cinema poderia desempenhar e por consequência uma instituição que o preservaria. Nomeada de “Gosfilmofond” e criada em 1948, este é o principal arquivo de filmes da Rússia.

No ano de 1928, foi criado o Instituto de Filme do Império Britânico na Grã-Bretanha. Seu criador fez a seguinte declaração:

"É o primeiro arquivo de filmes do mundo, pelo que posso dizer. O seu objetivo é preservar todos os filmes que as pessoas sentem necessidade de arquivar, para que seja possível aos nossos descendentes verem a nossa vida hoje." (Kenz, 1996, tradução própria).

Diante desta declaração, Kenz complementa que: "A existência desta organização durou pouco, especialmente porque a sua criação coincidiu com o fim do cinema mudo e a crise de 1929." (Kenz, 1996, tradução própria).

Se faz necessário compreender qual o nível de relevância que se tinha em relação ao cinema. O cinema em seus primórdios não era considerado uma arte e nem vista como patrimônio a fim de ser preservado, então eram poucos os que faziam questão de levantar essa pauta e consciência sobre preservação cinematográfica. Países europeus e ocidentais valorizavam o cinema somente no viés político e nacionalista, então levou um tempo até o cinema começar de fato a ser reconhecido e valorizado em outros gêneros. Segundo Borde (1983, tradução própria): "foi só na década de 1930 e com a consciência da destruição dos filmes na época da transição para o cinema falado que as primeiras cinematecas viram a luz do dia". Essa corrente de pensamento em relação a preservação de filmes já estava se adentrando gradualmente na França, onde a jornalista Lucienne Escoubé, publicou na revista de cinema francesa "Pour Vous" um artigo chamado "Vamos salvar o repertório de filmes"² em 1932. Nessa obra, Escoubé aborda a urgente necessidade de se preservar filmes, onde o público poderia encontrar e assistir os filmes da era silenciosa (que teve seu fim em meados de 1928), por exemplo. A escritora traz uma proposta que moldaria o que se conhece como cinemateca:

Criação de uma cinemateca onde será guardada a trilha sonora original e duas cópias da mesma. Seria desejável também que esta biblioteca não só reunisse filmes, mas também se esforçasse por constituir arquivos de arte cinematográfica: fotos, artigos, resenhas, documentos de todos os tipos. (Escoubé, 1932, tradução própria).

² Disponível em:

<https://bib-num.cinemathequetoulouse.fr/viewer/924/?offset=174#page=3&viewer=picture&o=&n=0&q=>. Acesso em: 06 dez. 2023.

Todavia, apesar da cinemateca ser originária de um espaço de biblioteca, ela já tinha como alvo um acervo de cunho arquivístico e também museológico, assim futuramente ampliando para os âmbitos da arquivologia e museologia (conforme o desenvolvimento e consolidação destas áreas).

O artigo de Escoubé teve grande impacto na comunidade cinéfila e cinematográfica da França. Com o surgimento do cinema falado e o fim da era silenciosa, Quental (2010, p. 31) aponta uma questão pertinente sobre a influência deste acontecimento para a conscientização da preservação de filmes:

Algumas produções do cinema silencioso, já naquele momento, começam a ser enxergadas como clássicos, produções de alto valor artístico, e que por isso precisam ser colecionadas, protegidas e divulgadas. Começa a ganhar força uma perspectiva de conservação da memória e da arte de um cinema em vias de desaparecimento.

Seguindo nesta linha de valorização da memória cinematográfica, ainda na década de 30, o arquivista e historiador francês Henri Langlois juntamente com os cineastas de mesma nacionalidade Georges Franju e Jean Mitry, encontraram e mantiveram protegidos diversos filmes de vários países e conseqüentemente, segundo Quental (2010), criaram o cineclube “Círculo do cinema” visando a projeção e divulgação de obras cinematográficas consideradas antigas.

Em 1936 foi criada a Cinemateca Francesa, que tinha como objetivos a preservação e restauração de filmes, com finalidade das gerações posteriores terem acesso a essas obras. A instituição não somente salvaguardava filmes, mas também os mais diversos documentos ligados ao cinema, como roteiros, cartazes e objetos como câmeras de gravação. No ano de 1948, a cinemateca introduziu em seu espaço uma sala para projeção de filmes e um museu relacionado ao cinema. A instituição serviu de modelo e inspiração para outros países e regiões diversas, das quais foram criando suas cinematecas.

Não se pode afirmar totalmente que a Cinemateca Francesa foi o primeiro espaço existente para a salvaguarda de filmes, porém, foi pioneira no que hoje conhecemos como cinemateca, através das concepções de Langlois sobre um espaço de cinemateca.

Nomes citados anteriormente como Escoubé e Langlois, apontavam determinantemente uma cinemateca como espaço de preservação cinematográfica, através dos arquivos (de variados suportes), livros e objetos que abarcassem e representassem o cinema. Deste modo, as mais diversas áreas de estudo como a arquivologia; biblioteconomia; museologia; história; cinema e outras, abraçaram as cinematecas e fizeram destes espaços como seus de pertencimento também.

Seguindo na arquivologia, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 49), define cinemateca como: “Instituição ou serviço que reúne, conserva, realiza processamento técnico e dá acesso a documentos cinematográficos [...]”. Júnior (2011, p. 11), aborda mais profundamente o conceito de cinemateca, trazendo como uma instituição de cinemateca pode ser definida, além de especificar os variados suportes que o acervo de uma cinemateca pode conter:

[...] um misto de arquivo histórico e museu de cinema. Como um centro de pesquisas sobre cinema, uma cinemateca preserva os filmes e todo o universo documental que os circundam, tais como revistas e livros sobre cinema, cartazes, fotografias, roteiros (incluindo inéditos) e arquivos pessoais ou institucionais de pessoas ou empresas ligadas ao meio cinematográfico.

Assim, uma cinemateca pode ser definida como uma instituição que tem como prisma a preservação dos acervos documentais cinematográficos, além da exibição de filmes através de salas de cinema. Por ser um espaço cultural, podem ocorrer exposições, cursos, apresentações e outras atividades interativas com o objetivo de difundir a história do cinema.

Chouzal (2020 apud Oliveira, 2020) aponta que atualmente existem em torno de duzentas cinematecas pelo mundo. Com isso, nota-se a relevância das cinematecas em contexto mundial.

3 CINEMATECA CAPITÓLIO

A Cinemateca Capitólio³ (Figura 1) é um espaço cultural, ligado a Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre e tem como objetivos principais a preservação e a difusão do cinema do Rio Grande do Sul. O local integra uma sala de cinema com 164 lugares (Figura 2); uma biblioteca (Figura 3); salas de arquivos (mais a frente serão ilustradas na seção sobre preservação); uma sala de pesquisa (Figura 4); uma sala multimídia (Figura 5) (onde geralmente acontecem cursos e oficinas para um público reduzido) e uma galeria de exposições (Figura 6).

FIGURA 1 - Vista externa da Cinemateca Capitólio



Fonte: Selister [201-]

³ Endereço: Rua Demétrio Ribeiro, 1085 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS

FIGURA 2 - Sala de cinema da Cinemateca Capitólio



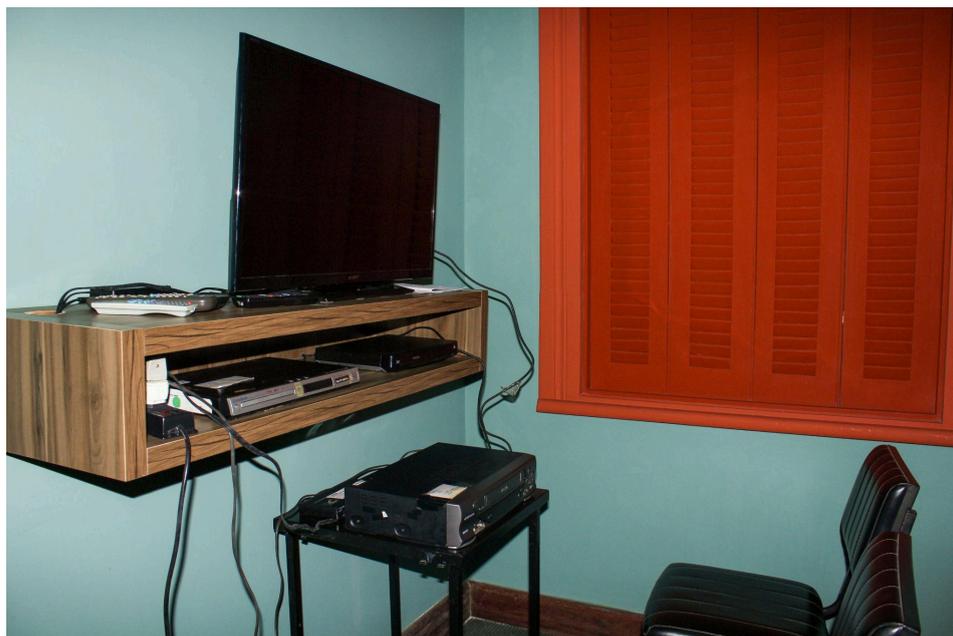
Fonte: Cinemateca Capitólio (2022)

FIGURA 3 - Biblioteca da Cinemateca Capitólio



Fonte: A autora

FIGURA 4 - Sala de pesquisa da Cinemateca Capitólio



Fonte: A autora

FIGURA 5 - Sala multimídia Décio Andriotti da Cinemateca Capitólio



Fonte: A autora

FIGURA 6 - Galeria de exposições da Cinemateca Capitólio



Fonte: Cinemateca Capitólio (2015)

Em seguida, será apresentado o contexto histórico do Capitólio, através da origem do seu prédio e do acervo arquivístico da instituição. Também será descrito o que constitui o acervo documental da Cinemateca Capitólio.

3.1 Origem do prédio

O prédio da atual Cinemateca Capitólio, era denominado Cine-Theatro Capitólio e foi inaugurado em 1928. A historiadora Trusz (2022), descreve que o espaço foi projetado pelo arquiteto e engenheiro Domingo Fumo Rocco e teve como proprietário o alfaiate José Faillace (administrador entre os períodos de 1928 - 1938). Ambos eram italianos e tinham como intenção relembrar um teatro italiano. O Capitólio destacava-se pelas suas exposições cinematográficas, com a presença de um grande público (Figura 7). O local não era destinado unicamente à projeção de filmes, ocorriam também apresentações de peças teatrais, bailes de carnaval e concursos de “misses” (Figura 8).

FIGURA 7 - Exibição do filme Voando para o Rio (1933) no Cine-Theatro Capitólio em 1935



Fonte: Cinemateca Capitólio (1935)

FIGURA 8 - Concurso da "Miss Capitólio" em 1938



Fonte: Cinemateca Capitólio (1938)

Segundo lensen (2019), durante os anos 50 com o surgimento da televisão e nos anos 60 e 70 com a censura ditatorial, houve uma diminuição de público nos cinemas. Além da falta de público que perdurou pelas décadas de 80 e 90, a situação tornou-se mais agravante com a falta de recursos para manutenção e mantimento do espaço. Salientando que na década de 90, os cinemas de rua estavam sendo substituídos pelos cinemas em shoppings. O Cine-Theatro Capitólio que já vinha diminuindo a exibição de filmes, encerrou suas atividades em 1994.

Em seguida, houve uma mobilização da comunidade porto alegreense juntamente com a prefeitura para reformar o prédio que estava abandonado. Em 1995, a prefeitura municipal de Porto Alegre negociou o prédio com a família Faillace, dando para os familiares um terreno em troca do prédio. Moura aponta (2008, p. 44): “A Câmara de Vereadores, no mesmo ano, aprovou por unanimidade o projeto que declarava o Capitólio como Patrimônio Histórico e Cultural Municipal”, e a posse do prédio pela prefeitura se deu através da Lei nº 365/95, segundo a autora.

No ano de 1995, a prefeitura concedeu o prédio para o Serviço Social do Comércio (SESC), para que pudessem administrar e restaurar o local, com finalidade de se tornar um espaço cultural. Em 1996 houve a tramitação junto a prefeitura do esboço do projeto de arquitetura para restauração do Cine Capitólio. De 1996 até 1999, o prazo dado ao SESC para restauração do prédio expirou, sendo assim devolvido ao município de Porto Alegre sem ser restaurado, devido a falta de recursos disponíveis pelo SESC para o desenvolvimento da revitalização do prédio.

No início dos anos 2000 foi criada a Associação dos Amigos do Cinema Capitólio (AAMICA), sendo oficializada alguns anos depois, onde um grupo de pessoas entusiastas pelo cinema, passaram a lutar pela restauração do prédio devido a sua degradação, mantendo a ideia anterior de espaço cultural.

Inicialmente a ideia da AAMICA era somente a criação de um espaço cultural. Ao perceber que havia uma discussão entre cineastas gaúchos sobre a necessidade da existência de um espaço para acondicionar seus filmes, a AAMICA reuniu forças com a Associação de Técnicos Cinematográficos do RS (APTC-RS) e a Fundação Cinema do RS (Fundacine), desenvolvendo a ideia de criação da Cinemateca Capitólio.

Segundo linsen (2019), em 2003 a APTC/RS, a Fundação Cinema do RS (Fundacine) e a AAMICA entraram em acordo com a prefeitura de Porto Alegre para transformar o antigo cinema em uma cinemateca. Axt (2007) descreve como ocorreu este processo:

No primeiro semestre de 2003, a Fundacine e a APTC/RS apresentaram à Prefeitura de Porto Alegre a proposta de transformar o antigo cinema em uma cinemateca. O projeto foi acolhido pela Prefeitura, que passou ao encargo da Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia (CCVF), da Secretaria Municipal da Cultura (SMC).

Conseqüentemente, em novembro de 2003, a Fundacine consolidou um convênio com a prefeitura, começando pela captação dos recursos necessários para a obra da cinemateca. Um dos grandes pilares para a volta do Capitólio foi o patrocínio da Petrobras, que através da Lei Rouanet, viabilizou a primeira fase de restauro do prédio, realizada entre 2004 a 2006.

Em 2006, parte da obra estava concluída (Figura 9), onde foram realizados os serviços no telhado e estrutura, além de incluir os acabamentos, instalação elétrica e de equipamentos contra incêndio, pintura, iluminação, entre outras ações. No mesmo ano o prédio foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) através da portaria n° 33/2006⁴.

⁴ Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=20802>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FIGURA 9 - Vista externa de uma parte da obra da Cinemateca Capitólio



Fonte: Cinemateca Capitólio (2006)

De 2007 até 2009 estava em progresso o trabalho na busca de recursos para a conclusão do projeto. Em 2010, a Cinemateca Capitólio recebeu o patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos que seriam destinados aos sistemas de climatização, aquisição de mobiliário e outros equipamentos.

Em 2011, a prefeitura de Porto Alegre acordou um convênio com o Ministério da Cultura para a conclusão do projeto. Iniciada em 2012 e seguida em 2013, essa foi sua etapa final, contando com a restauração, reparos, adaptações do prédio, além da compra de equipamentos de projeção e som, entre outros itens necessários para a finalização do projeto.

A obra teve seu término em 2014 e entrou em vigor o Decreto nº 18.844 em 12 de novembro de 2014, que: “Cria a Cinemateca Capitólio no antigo Cine-Theatro Capitólio, localizado na Rua Demétrio Ribeiro, nº 1085, nesta Capital”.

A inauguração da Cinemateca Capitólio ocorreu no dia 27 de março de 2015, com abertura ao público, contendo uma sala de cinema, de exposições, pesquisa, multimídia e o Centro de Documentação e Memória (CDM).

3.2 Origem do Acervo

No dia 3 de fevereiro de 1988 com a promulgação da Lei nº 6099⁵, foi criada a Secretaria Municipal da Cultura (SMC) de Porto Alegre, sendo esta desenvolvida por funcionários da chamada Divisão de Cultura, que até então era ligada à Secretaria Municipal de Educação (SMED). Em 1989, na estruturação da SMC, foi aprovada a criação da Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia (CCVF). A ideia da criação da CCVF, segundo Rodrigues (1989), tinha por objetivo o incentivo à produção cinematográfica regional, além da realização de mostras, ciclos, festivais e outras atividades.

No Decreto nº 9899⁶ de 1991, é declarado que a Usina do Gasômetro seria destinada a um espaço cultural, onde a CCVF teria a usina como sede. Um indício de que já haveria uma variedade de acervos sendo preservados pela CCVF, seria uma minuta de um convênio que seria firmado entre a SMC e a APTC/RS, onde o presidente da associação, Brasil (1991), afirma que em relação aos direitos patrimoniais, uma cópia de filmes gaúchos (entregue pelo determinado realizador da obra), deveria ser incorporada ao acervo da SMC.

Então em 1992, o Centro Cultural Usina do Gasômetro foi incorporado a SMC da prefeitura de Porto Alegre. Segundo a arquivista Maria Osmari⁷, nesta época, a intenção era criar esse espaço não somente com uma sala de cinema (que viria surgir futuramente) mas também com a possibilidade de utilizar outros espaços

⁵ BRASIL. Lei nº 6099, de 3 de fevereiro de 1988.

⁶ BRASIL. Decreto nº 9899, de 03 de janeiro de 1991.

⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 16 de agosto de 2023, na cidade de Porto Alegre (Apêndice A).

dentro do complexo da Usina do Gasômetro. Também estava nesse arcabouço o desenvolvimento de atividades de valorização, difusão e formação de cineastas, produtores, diretores e demais profissionais para a área do cinema, vídeo e fotografia.

A arquivista relata que, no período dos anos 90, em eventos relacionados ao cinema, como seminários, cursos e palestras, começaram a serem levantados diversos questionamentos quanto ao que se produzia de filmes no Rio Grande do Sul e para onde iriam, se a memória disso estaria sendo perdida ou indo para outras regiões, justamente pela falta de um espaço dedicado ao acervo.

Em 1993, foi criado o Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre (Fumproarte)⁸, que tinha como objetivo apoiar os projetos artísticos da comunidade. No mesmo ano ocorreu sua regulamentação com o Decreto nº 10.867 em 16 de dezembro. Segundo o art. 21 do decreto do Fumproarte:

No caso do projeto apoiado resultar em obra de arte de caráter permanente, como discos, livros, filmes, vídeos ou outros, o retorno mencionado consistirá na doação de parcela da edição ao acervo municipal para uso público.

Em 1999 foi inaugurada na Usina do Gasômetro a sala de cinema P.F Gстал, que era administrada pela CCVF. Assim, no 3º andar da usina, localizava-se além da sala de cinema, uma galeria de fotografias e a própria coordenação. Segundo a arquivista Osmari, todo o material relacionado a cinema e fotografia (principalmente que eram produzidos através dos projetos da prefeitura) eram mandados para a CCVF. Assim, começou a ser discutida a possibilidade de um ambiente próprio de preservação da memória da produção do cinema gaúcho.

Vendo que recairia sobre a coordenação a responsabilidade sobre esse acervo, a arquivista destaca que começou-se o recolhimento dos materiais resultantes dos projetos da coordenação produzidos pelo Fumproarte. Deste modo, iniciou-se a reunir o que era produzido e o que era recebido por doação na própria sala de trabalho da CCVF. Logo, esse tornou-se um espaço inviável, pela inadequada condição de guarda e de segurança, inclusive inviabilizando as

⁸ BRASIL. Lei Nº 7328, de 04 de outubro de 1993.

condições de trabalho da própria equipe da coordenação. Por justamente a CCVF permanecer em uma pequena sala administrativa e não ter mais espaço para a guarda desses diversos documentos, a coordenação acabava por fazer doações para instituições como a Cinemateca Brasileira.

Como dito anteriormente, durante anos 90 e também início dos anos 2000, cineastas e produtores gaúchos refletiam sobre onde poderiam deixar seus filmes (e/ou cópias dos mesmos), dessa forma, somando com a fomentação dos diálogos sobre um suposto espaço de preservação, foram contratadas várias pessoas para tentar organizar o acervo da CCVF, assim foi solicitado para o diretor da usina, ceder uma sala no 5º andar (Figura 10) com o intuito de realocar a documentação que estava superlotada na sala administrativa.

FIGURA 10 - Acervo no 5º andar da Usina do Gasômetro



Fonte: Acervo da Cinemateca Capitólio

Paralelo a isto, Dias (2015, p. 25) descreve que a ideia do Capitólio de ser também um espaço de preservação e difusão da produção audiovisual gaúcha, começou a ser desenvolvida nos anos 2000, quando no Congresso Brasileiro de Cinema em Porto Alegre, havia um nicho de pessoas que debatiam sobre o aspecto

de preservação, onde destacou-se a necessidade de um local que trabalharia com a preservação e disseminação da memória cinematográfica do Rio Grande do Sul.

Como abordado anteriormente, em 2003 a APTC/RS e Fundacine, com apoio da AAMICA, apresentaram um projeto para a prefeitura de Porto Alegre, que tinha como objetivo principal transformar o antigo cinema em uma cinemateca.

De acordo com Axt (2007), seguindo em 2003, a CCVF estabeleceu um grupo de trabalho responsável pela fomentação de iniciativas para fundamentar o funcionamento do Capitólio, sendo apresentado uma política de prospecção de filmes para a composição do acervo, além da vinculação com parcerias da área, como a Cinemateca Brasileira. Nesse mesmo ano, houve a realização de um seminário interno com a equipe do CCVF juntamente com a visita do curador do acervo da Cinemateca Brasileira na época, Carlos Roberto de Souza.

Enquanto isso a CCVF, apesar de não ser um local adequado de guarda e preservação de acervos, segundo Axt (2007), a entidade continuava recebendo doação de cópias de filmes produzidos através da Fumproarte, além de diversos materiais de formatos analógicos e digitais depositados por cineastas e outros, que tinham grande interesse para contribuição da preservação da memória audiovisual gaúcha e nacional. A intenção era futuramente fazer a transferência desses arquivos para o Capitólio. Inclusive, a equipe da CCFV já estava desenvolvendo um programa de formação de acervo para a Cinemateca Capitólio.

Axt (2007) descreve que em 2004 foi reiterado os convênios entre a Fundacine, a prefeitura de Porto Alegre e a Cinemateca Brasileira, como uma espécie de cooperação e parceria entre as instituições. Segundo o mesmo autor, nesse período, o que se estava pensando em relação ao acervo era:

[...] orientações sobre técnicas de acervo e tratamento para restauração das películas, vídeos e materiais documentais, como cartazes e revistas. A iniciativa também inclui a salvaguarda das matrizes (negativos dos filmes) na Cinemateca Brasileira, uma vez que o Capitólio foi projetado para armazenar apenas as cópias das obras em seu acervo. (Axt, 2007, p. 63).

Em 2005, o autor relata que havia uma intenção de juntar os laços entre as Cinematecas Capitólio e Brasileira, então no mesmo ano, a preservadora audiovisual Fernanda Coelho (de São Paulo), veio a Porto Alegre para fazer uma

consultoria técnica e acompanhar o processo de desenvolvimento do acervo do Capitólio.

No ano seguinte, em 2006, a Cinemateca Brasileira convidou a equipe responsável pelo acervo do Capitólio para fazerem um treinamento no setor de preservação e catalogação da instituição. Axt (2007) descreve que os membros responsáveis pelo acervo do Capitólio se reuniram em um congresso de arquivos cinematográficos em São Paulo, com o objetivo principal de colher informações sobre as possíveis formas de catalogar as obras produzidas no Rio Grande do Sul, ponto essencial para a estruturação do acervo da instituição.

Destacando que desde o início do desenvolvimento da criação do acervo do Capitólio, a intenção não era somente preservar os filmes em película, mas também outros materiais documentais que se fazem presentes na constituição da história do cinema gaúcho, indo ao encontro da conceituação de cinemateca, discorrido na seção 2. Em relação a isto, Axt (2007, p. 76) discorre que:

a ideia da Cinemateca não é preservar apenas as películas, mas todo o material que gira em torno da execução de um filme, como anotações pessoais, press-books e cartazes de produções nacionais e estrangeiras. Alguns destaques do acervo documental são os registros em papel (fotos, roteiros e objetos pessoais), uma série de roteiros e escritos, além de coletâneas de revistas e recortes de cinema.

Em 2014, um ano antes da abertura da Cinemateca Capitólio, Maria Osmari relata que foi chamada e assim contratada para que pudesse realizar a organização do acervo: “Nem que fosse superficialmente, para pelo menos ocorrer a mudança do acervo da usina para a cinemateca”. A arquivista começou com uma primeira organização (separando, ordenando, numerando) de forma mais “simplória”, para que caso alguém quisesse consultar e/ou pesquisar, pudesse identificar onde estava o determinado documento. Então no final de 2014, aconteceu a transferência do acervo da Usina do Gasômetro para a Cinemateca Capitólio.

Nesse período a CCVF também migrou para a cinemateca, onde posteriormente teve a sua mudança de nome para Coordenação de Cinema e Audiovisual (CCA) que é submetida à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMCEC)⁹.

⁹ Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smc>. Acesso em: 20 set. 2023.

3.3 Acervo Documental da Cinemateca Capitólio

O acervo documental da Cinemateca Capitólio encontra-se no Centro de Documentação e Memória (CDM), sendo subordinada a CCA, onde contém diversos documentos relacionados ao cinema mundial, nacional e com destaque para o cinema gaúcho, com o objetivo de preservação e acesso desse material, para pesquisadores e demais interessados pela área cinematográfica. O local contém uma biblioteca e espaços de arquivos. Atualmente o CDM conta com uma equipe formada por uma arquivista e uma bibliotecária.

Paes (2007) disserta que centros de documentação, abarcam funções próprias da biblioteconomia, da arquivística e da informática, sendo um campo muito mais vasto, assim exigindo um conhecimento maior de documentos diversos. Conceituando os centros de documentação e memória, Iensen (2009, p. 13) descreve que: “[...] são compostos por uma mescla de arquivo, biblioteca e museu, onde encontramos documentos das três instituições citadas, tendo como responsabilidade, recuperação da informação e preservação da memória”.

Apesar de um Centro de Documentação e Memória abranger as áreas de biblioteconomia e museologia, por este trabalho ter como viés os acervos arquivísticos, os bibliográficos e museológicos aqui serão apenas citados, mas não reduzindo suas importâncias.

O CDM é composto por: arquivos de filmes em película e em multimeios; coleção de fotografias; cartazes; roteiros, sinopses de filmes; recortes de jornais e revistas; correspondências; relatórios; entrevistas entre outros documentos que ajudam a contar a história do cinema gaúcho. A biblioteca contém livros, periódicos, catálogos e outros materiais relacionados à área de cinema e audiovisual, além de conter um acervo museológico com peças históricas (como projetores, filmadoras, caixas de som e outros).

Na base de dados da Cinemateca Capitólio, seu acervo documental é classificado por categorias, subcategorias e séries, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 153), série é definida como: “Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos

relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto”. O acervo é apresentado no site¹⁰ da seguinte forma:

1) **Categoria:** Acervo de Filmes em Películas.

Sub-categorias: Institucionais; Nacionais e estrangeiros; Pessoais ou de famílias, Reportagens e Vinhetas.

2) **Categoria:** Acervo de Filmes em Disco Laser.

Sub-categorias: Nacional e estrangeiros.

3) **Categoria:** Acervo de Filmes em Multimeios.

Sub-categorias: Acervo Geral; Carnaval; Cine esquema novo; Coleção ctav; Coleção os clássicos do cinema; Coleção programadora brasil; Coleção raridades de um século; Concursos, premiações, homenagens/campanhas; Curtas nas telas; Democracine; Depoimentos, entrevistas/debates; Divercine; Documentários; Festas, festivais, eventos, inaugurações; Festival close; Filmes especiais/longas brasileiros; Lugares, histórias/imagens de porto alegre, obras; Música; Oficinas, mostras, cursos, exposições; Olho da rua; Outros (cine esquema novo); P.f. gasta/tv usina; Portifólios; Projeto persona grata; Seminários, fóruns/palestras e Teatro/dança.

4) **Categoria:** Acervo Fotográfico.

Sub-categorias: Acervo pessoal; Ccvf pmpa; Cine-theatro capitólio; Fotografia de filmes; Programação de alfabetização; Salas de cinema.

Séries: Luiz Carlos Lisboa; Manoel Tomazoni; Odilon lopez; Tony Rabatoni; Filmes estrangeiros; Filmes gaúchos; Filmes nacionais; Cinemas de calçada e Outros cinemas.

¹⁰ Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal>. Acesso em: 04 fev. 2023.

5) **Categoria:** Acervo Pessoal.

Sub-categorias: Antonio Carlos Textor; Fatimarlei Lunardeli; Jorge Furtado; Luiz Carlos Lisboa; Manoel Tomazoni; Odilon Albertinence Lopez; Telmo Kersting; Tony Rabatoni; Tuio Becker.

Séries: Documentos diversos; Diários; Pesquisa trapalhões; Diversos; Roteiro de filme; Documentos diversos; Folhetos; Recortes de jornais e revistas; Documentos diversos; Documentos pessoais; Anúncios de filmes; Críticas de cinema; Press book filmes estrangeiros; Press book filmes gaúchos; Press book filmes infantojuvenil; Press book filmes nacionais Argumento de filmes; Atuação profissional; Documentos pessoais; Recorte de jornais e revistas; Sinopse de filme e Críticas de cinema.

6) **Categoria:** Acervo Sonoro.

Sub-categorias: Áudio em disco; Áudio em k7 e Áudios diversos.

7) **Categoria:** Acervo Textual Cinemateca Capitólio.

Sub-categorias: Ccvf pmpa e Cinemateca Capitólio.

Séries: Exposições; Folder e peças publicitárias cinema e vídeo; Fotografia e arte; Projetos diversos; Projetos Especiais; Relatório Anuais; Releases; Associação de amigos cc; Documentos diversos; Eventos; Folder/peças publicitárias; Folder/peças publicitárias oe; Folder/peças publicitárias oig; Folder/peças publicitárias op; Histórico; Histórico-plantas; Jornais e boletins informativos; Programas e projetos; Publicações; Recortes de jornais e revistas; Roteiros de filmes e Sinopse de filme.

8) **Categoria:** Coleções de Cartazes.

Sub-categorias: Eventos; Filmes estrangeiros; Filmes gaúchos e Filmes Nacionais.

9) **Categoria:** Fundos e Coleções.

Sub-categorias: Cinemas de calçada; Clube de cinema de poa e Ngm produções.

Na última categoria se fazem presentes os termos arquivísticos: fundos e coleções. O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 177) conceitua o fundo como: “Conjunto de peças de qualquer natureza que qualquer entidade administrativa, qualquer pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em razão de suas funções ou de suas atividades”. E para coleção, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 52) traz sua definição como: “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”. Em algumas situações, um indivíduo além do material que compõe o seu fundo documental, também tem parte de seu acervo composto por uma coleção o que faz com que os dois estejam interconectados para além de seu assunto em comum.

4 ACERVO DOCUMENTAL DE CINEMA E AUDIOVISUAL

Esta seção tem como ênfase, explorar os conceitos de documentos cinematográficos e audiovisuais.

A professora da Universidade de São Paulo (USP) Maimone (2015), traz uma definição especificamente sobre os documentos cinematográficos: “Aqueles que associam imagens e sons, pressupondo-se que a imagem, pela sua sucessão, crie a ilusão do movimento”. Nas Normas Portuguesas de Documentação e Informação (2010), tem-se a definição de documento audiovisual como: “Documento cuja informação é veiculada através de imagens, fixas ou móveis, e de sons, carecendo de equipamento apropriado para ser visto e/ou ouvido”. Então os arquivos cinematográficos seriam as imagens em movimento, ou seja, somente os filmes?

No caso da Cinemateca Capitólio por exemplo, seu material arquivístico predominante é: filmes analógicos de suportes em película, fitas em Video Home System (VHS), LaserDisc (LD) que são discos que armazenam imagens audiovisuais, e filmes em meio digital como o Digital Versatile Disc (DVD), Hard Disk (HD), sendo estes últimos em formato disponíveis para acesso em computador. Na parte sonora tem-se os clippings de entrevistas em áudio. Além dos documentos como fotografias; cartazes de filmes; roteiros, jornais; revistas; boletins informativos; pressbooks; folders; correspondências; relatórios e projetos. Instituições como a Cinemateca Brasileira, também possuem um acervo documental semelhante com o do Capitólio além dos filmes em película, como fotografias, cartazes e outros.

Abordando também sobre a conceituação de documentação, Otlet (2018, p. 11) aponta que o documento pode estar em diversos suportes:

Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenho, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias etc.

Deste modo, seguindo no raciocínio de Otlet e observando os variados documentos que as Cinematecas Capitólio e Brasileira possuem, nota-se que os documentos cinematográficos podem ser para além de filmes.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 76), conceitua o documento filmográfico (ou cinematográfico) como: “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens em movimento, com ou sem som, como filmes e fitas videomagnéticas”, e também segundo o próprio dicionário, o documento audiovisual tem o conceito semelhante: “Gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou imagens em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas”.

Ao analisar expressões como “cinematográfico”, “filmográfico” e “audiovisual”, que fazem parte do gênero documental no âmbito da arquivologia, percebe-se que suas conceituações acabam não sendo muito precisas, podendo gerar certa confusão na compreensão das mesmas. Santos (2018, p. 66) explana que: “A comunidade arquivística brasileira não tem participado tão efetivamente da discussão e da definição desses termos”. Silva e Madio (2017) também discutem sobre esta problemática, afirmando que não somente há um carência em relação a definição dos conceitos, mas também na representação destes documentos no cenário arquivístico.

A Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM) criada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), surgiu em 2010 justamente pela falta de nomenclaturas referentes a estes documentos. Esta Câmara propõe uma terminologia arquivística para documentos audiovisuais através de um glossário¹¹, ocorrendo sua última atualização em 2018.

Santos (2018, p. 57) salienta que o diagnóstico dos termos audiovisual e filmográfico acaba sendo figurado como uma questão mais complexa:

A diferença substancial é que no audiovisual os documentos possuem som e imagem (fixa ou em movimento), já no filmográfico as imagens (sempre em movimento) podem ou não estar acompanhadas por som. Segundo o Dicionário Michaelis, audiovisual congrega, necessariamente, som e imagem.

¹¹ Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/composicao/copy_of_camaras-tecnicas-setoriais-inativas/Glossario_ct_daism_v3_2018.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

Entretanto, expandindo o conceito de documental audiovisual, Santos e a CTDAISM incluem filmes sem som ou sem registros sonoros nas definições de documentos audiovisuais.

Apesar do CTDAISM estabelecer definições precisas para estes tipos de documentos e haver pesquisadores e/ou profissionais da área que questionem e busquem designações para estes conceitos, ainda há uma carência da presença de arquivistas no debate sobre documentos de cinema e audiovisual.

Nota-se também que o cerne da questão não é somente em relação aos conceitos de audiovisual e cinematográfico (apesar de serem intrínsecos neste contexto), mas sim perante os documentos e suas caracterizações. Estas designações na arquivologia são divididas em: suporte; gênero; espécie e tipo.

Seguindo no rumo arquivístico, esse acervo de cunho cinematográfico também é incluído na denominação de “documentos especiais”. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) o documento especial é caracterizado como:

Documento em linguagem não-textual, em não suporte convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. (Arquivo Nacional, 2005, p. 75).

Ainda no mesmo assunto, Vieira (2014, p. 63) traz um ponto de suma importância perante os arquivistas com os documentos especiais:

Apesar do tardio reconhecimento das instituições e serviços arquivísticos e dos profissionais de arquivo com relação aos documentos especiais, enquanto documentos de arquivo pode-se observar que estes registros já eram produzidos há muitos anos. Os documentos especiais despertaram a inquietação dos profissionais de arquivo, para sua conservação. Muito mais do que o tratamento técnico arquivístico visando seu acesso, os profissionais de arquivo estavam preocupados em como preservar esses documentos.

Mas para compreender melhor essa documentação, é importante compreender os aspectos que a definem. Na obra de Ray Edmondson, “Arquivística audiovisual: filosofia e princípios” de 2017, são levantados tópicos relacionados ao conteúdo e contexto do suporte.

É necessário conhecer o documento e seu conteúdo, ou seja, que informação ele carrega, além do gênero, tipo e espécie, levando em consideração seu contexto. Para Edmondson (2017, p. 56), a parte contextual do documento cinematográfico é essencial para sua forma de uso e contemplação:

As obras audiovisuais não são produzidas no vácuo. São frutos de uma época, de um lugar e de uma estrutura social e industrial. Como tais, só podem ser apreciadas corretamente em seu devido contexto e fixidez (isto é, não alteradas de sua forma completa no tempo de sua criação). [...]. Para assistir um longa-metragem sonoro da década de 1930, o melhor é projetar uma cópia 35mm em uma sala de cinema de grandes dimensões e reproduzir o som em um sistema de época, não em um sistema moderno. Um programa de rádio dos anos 1930 será mais bem apreciado em um aparelho de rádio doméstico de grandes dimensões, do tipo daqueles que vinham com seu próprio móvel, não em um iPhone ou em outra tecnologia que não existia na época. Naturalmente, às vezes é impossível ou impraticável recriar o contexto original de apresentação, entre outras coisas porque a vida de uma pessoa do século XXI é muito diferente da vida das audiências originais. [...].

Relacionado a estes documentos, Clóvis Molinari Jr. faz uma citação pertinente, retirada do Guia de Fundos e Coleções Imagens em Movimento do Arquivo Nacional: “Defendo que nós, que trabalhamos com memória, não devemos, em hipótese alguma, estabelecer um juízo de valor ou crítico a respeito de que documento é mais importante que o outro” (Arquivo Nacional, 2020, p. 17). Assim, todos os documentos de cinema e audiovisual deveriam conter a mesma importância perante o trabalho arquivístico.

O audiovisual em seu conceito puro está ligado à filmagem (a imagem em movimento). O cinema, por sua vez, é uma linguagem que está dentro do audiovisual, indo além do conceito de imagem em movimento, abarcando todo seu entorno (como o trabalho de um roteirista, tendo o roteiro como um documento cinematográfico, por exemplo). Sendo a intenção deste trabalho o estudo de um acervo que não é exclusivamente composto somente de filmes mas também de outros documentos que fazem parte da cinemateca, ou seja, que contenham informações sobre obras cinematográficas, preferiu-se para esta pesquisa, nomear a documentação da Cinemateca Capitólio de *acervo documental de cinema e audiovisual*, por justamente a palavra “documental” englobar as caracterizações citadas anteriormente (suporte, gênero, espécie e tipo) que acabam abrangendo diversos documentos e também utilizar as palavras “cinema e audiovisual”, do qual

além de conter o audiovisual em si, também acompanha a sua linguagem, sendo esta o cinema.

5 AS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS NA CINEMATECA CAPITÓLIO

Para adentrar nas explicações conceituais das funções arquivísticas, primeiramente é necessário compreender quem é o profissional que atua na área de arquivologia. Duranti (2006 apud Souza, 2011, p. 49), traz a definição do arquivista como:

[...] um especialista na natureza dos documentos de arquivo (teoria arquivística), sobre como manuseá-los desde sua criação até sua preservação permanente (metodologia arquivística), sobre como desenvolver políticas, estratégias e planos de ação apropriados para o contexto jurídico administrativo, social e cultural sobre os documentos de arquivo nos quais se atua (prática arquivística), sobre a história das instituições arquivísticas, os fundos arquivísticos, o conhecimento arquivístico (história arquivística) e sobre edifícios e condições arquivísticas de preservação física (conservação arquivística).

O arquivista pode ser definido como aquele que trabalha na organização, controle, preservação, administração, gestão dos documentos e outras funções relacionadas ao fazer arquivístico. No Brasil, o conceito do profissional em arquivologia expandiu-se ao longo dos anos, mas ainda mantém sua caracterização desde sua regulamentação no país (em 1978).

As funções arquivísticas são atividades desempenhadas pelo arquivista cujo objeto de trabalho é o documento, presente em um fundo e conseqüentemente seu contexto informacional e histórico. No Brasil, a Lei nº 6.546 de 1978 identifica suas atribuições como:

- 1) planejamento, organização e direção de serviços de arquivo;
- 2) planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- 3) planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de documentos e controle de multicópias;
- 4) planejamento, organização e direção de serviços e centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- 5) planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos e orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- 6) orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos e orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;
- 7) adoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- 8) elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos e assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- 9) desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (Brasil, 1978).

Atividades citadas como planejamento e organização, se fazem presentes dentro do contexto das funções arquivísticas, sendo tais funções desbravadas por dois nomes significativos da arquivologia, os canadenses Rousseau e Couture, como pode ser observado na obra dos autores: "Os Fundamentos da Disciplina Arquivística" de 1998.

Estes autores conceituam sete funções: produção/criação; aquisição; avaliação; classificação; descrição; difusão e preservação. Estas funções têm como parâmetro o planejamento e desenvolvimento dos processos relacionados à documentação, como sua identificação, tramitação, divulgação, conservação e outros.

Na literatura arquivística, se faz presente a teoria das três idades, que seriam as fases de produção até sua eliminação ou guarda. Ressalta-se que, apesar dos autores destacarem que as funções podem abranger todas as idades, sendo essas: corrente (de função administrativa, sendo a documentação de uso frequente); intermediária (de documentos originários do arquivo corrente mas de uso menos frequente) e permanente (de valor histórico), este trabalho tem como foco somente os arquivos de caráter permanente, visando o acervo documental de cinema e audiovisual do Capitólio.

A seguir, serão apresentados os conceitos de cada uma dessas funções arquivísticas e logo após, a análise das mesmas dentro do acervo documental da Cinemateca Capitólio.

5.1 Produção/Criação

É o processo de origem de documentos na instituição local, conforme a sua necessidade. A produção também tem como perspectiva os procedimentos que são relacionados ao controle na produção de documentos, como ocorre sua tramitação e onde ficará localizada. Esta função arquivística acaba sendo uma forma eficaz de racionalização da produção documental, resultando em seu maior controle.

Sousa (2013) também destaca que a produção/criação serve também para a padronização de documentos. Segundo o autor:

É interessante observar que os estudos destinados à racionalização e à padronização de documentos têm como resultado a criação de formulários,

manuais e modelos. A criação desses instrumentos caracteriza uma forma de padronizar as operações de rotina. (Sousa, 2013, p. 22).

Na Cinemateca Capitólio, segundo a arquivista local Rosemeri Iensen¹², o acervo é constituído basicamente por doações, assim, para haver uma formalização e controle de registro, a instituição produz um documento chamado termo de doação. Para fazer a doação de algum acervo, a pessoa e/ou instituição deve preencher o termo de doação de acervo (Figura 11) e encaminhar junto ao acervo doado, que fica permanente nos arquivos da instituição. Esse é o documento que irá validar e permitir a entrada do acervo doado para o local. O Capitólio também produz outro termo de doação (Figura 12) para o depósito legal de filmes, onde a empresa ou pessoa física repassa a obra para a cinemateca, mas continua sendo proprietário da obra. Juntamente aos termos, o doador deve anexar a relação de materiais doados, indicando a descrição, título, ano e a quantidade.

¹² Entrevista de pesquisa concedida em 22 de setembro de 2023, na cidade de Porto Alegre (Apêndice B).

FIGURA 11 - Termo de doação de acervo



TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO

A empresa / Instituição _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob nº _____, detentora dos direitos autorais do(s) filme(s), descritos em anexo faz a entrega de XX

filmes para integrar o acervo da Cinemateca Capitólio, em caráter de doação definitiva e gratuita.

Após a avaliação técnica das condições da(s) cópia(s) doada(s), a Cinemateca Capitólio ficará autorizada a utilizá-la e divulgá-la para fins culturais e educativos. Caso já exista o material no acervo da Cinemateca Capitólio, ela fica autorizada permutar ou doar o material recebido para outras instituições culturais afins, bem como adotar ações diversas para preservação dos filmes doados.

Dados de contato do doador:

E-mail:

Telefone:

Endereço:

Local e Data:.....

Assinatura do doador

Assinatura do representante da Cinemateca Capitólio

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
 Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio
 51 3289 7463 / cdmcapitolio@gmail.com

Fonte: Cinemateca Capitólio (2023)

FIGURA 12 - Termo de doação de depósito legal



DEPÓSITO LEGAL

A empresa ou pessoa física _____, inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº _____, detentora dos direitos autorais do filme _____, faz a entrega de X cópia(s) em _____, conforme descrição anexa, para integrar o acervo da Cinemateca Capitólio, em caráter de depósito legal, para fins de preservação da memória audiovisual.

Após a avaliação técnica das condições da(s) copia(s) depositada(s), a Cinemateca Capitólio ficará autorizada a utilizá-la e divulgá-la para fins culturais e educativos sem fins lucrativos, bem como adotar ações diversas para preservação dos filmes doados.

Dados de contato do depositante:

E-mail:

Telefone:

Endereço:

Local e Data:.....

Assinatura do depositante

Assinatura do representante da Cinemateca Capitólio

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
 Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio
 51 3289 7463 / cdmcapitolio@gmail.com

Fonte: Cinemateca Capitólio (2023)

Importante destacar que estes termos são essenciais tanto para o controle da Cinemateca, questão e uso administrativo, quanto para compreensão e detalhamento do acervo doado. São portanto estes termos que fazem a interconexão entre o acervo e a Cinemateca, representando também o

desenvolvimento da própria instituição.

5.2 Aquisição

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 85) o termo aquisição encontra-se como entrada de documentos, sendo definida como: “Ingresso de documentos em arquivo, seja por comodato, compra, custódia, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência”. Quando um acervo está para ser adquirido, se faz necessário não somente uma avaliação de seu conteúdo e contexto histórico, mas também de seu produtor, para saber sua origem. Pereira e Silva (2019, p. 17-18) trazem em pauta alguns conceitos e princípios arquivísticos que devem ser observados na função de aquisição:

[...] o da territorialidade (o acervo não pode sair de determinada região), o do respeito aos fundos (não misturá-lo com os de outras organizações), respeito à ordem original (mantê-lo da mesma forma em que foi adquirido) e o princípio da proveniência (conhecer todo o seu histórico de aquisições e pertencimentos à outras instituições, se for o caso).

Na Cinemateca Capitólio, o acervo chega à instituição de duas formas, sendo estas já mencionadas na seção anterior (de produção/criação). Uma delas é por meio de doações de fontes diversas, como a de cineastas e/ou seus familiares; produtoras; jornalistas; pessoas ligadas ao meio do cinema; entusiastas colecionadores e outros. Para formalizar a doação, o doador deverá preencher o termo de doação (citado anteriormente), permitindo assim a incorporação da documentação ao acervo da Cinemateca Capitólio.

A outra forma se dá por recolhimento da documentação produzida pela CCA, coordenação responsável pela administração da cinemateca. Por seguinte, toda a documentação que é produzida, considerada de caráter permanente (exemplo: cartazes, folders, fotografias de um filme que estava em divulgação), é recolhida para o CDM.

Segundo a arquivista responsável, uma situação que infelizmente ocorre, é do não recebimento de doações de acervos grandes, que acaba sendo negado pela instituição, justamente pela falta de espaço físico para armazenamento, sendo essa causada por diversos fatores, como a carência de verbas e de incentivo

governamental, por se tratar de um espaço cultural, muitas vezes não se é visto com devida importância.

5.3 Avaliação

Nesta função, se faz necessário uma política de avaliação para verificar o tempo de guarda dos documentos. A avaliação traz em destaque questões como controle do volume documental, como descrito a seguir:

A avaliação resulta na redução do volume de documentos, uma vez que permite a eliminação cujo valor já se encontra esgotado. Com o volume dos documentos reduzido, há, conseqüentemente, um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, e um aumento no índice de recuperação de documentos e informações. (Sousa, 2013, p. 28).

A avaliação é necessária justamente para não ocorrer o acúmulo de documentos que não são prioridade, ou não tem necessidade, de estarem presentes naquele determinado local.

Na avaliação, também é determinado os valores (primário e secundário) além do período de uso e/ou guarda do documento. Aqui, os documentos são avaliados e seus valores determinados, ou seja, se possuem ou não valor histórico.

Os documentos podem servir para fins administrativos ou para pesquisa, por exemplo. Em relação aos valores primários e secundários, Pereira e Silva (2019, p. 4) definem como:

O valor primário é atribuído ao arquivo que está em uso corrente e/ou intermediário e que serve para cumprir as finalidades funcionais e administrativas da instituição. O valor secundário é a denominação atribuída ao arquivo que terá a guarda permanente, ou seja, que não poderá sob nenhuma hipótese ser destruído. Esse arquivo tem valor jurídico (legal), histórico, cultural, etc.

Através dos conceitos de valores primários e secundários, conclui-se que o foco da cinemateca são de documentos de valor secundário (sendo estes para fins de pesquisa e de valor histórico).

O processo de avaliação documental da Cinemateca Capitólio é feito pela equipe do CDM juntamente com a coordenação da instituição, considerando os objetivos do local, definido conforme o Decreto nº 18.844 (citado anteriormente) que criou a Cinemateca Capitólio, tendo como propósito principal a preservação da

produção audiovisual do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a avaliação tem como requisito, que o documento seja de representação histórica (já que o acervo da instituição é de caráter permanente).

5.4 Classificação

A classificação é a forma de organização dos documentos, como são determinados e separados. Essa função tem como intuito a representação das relações entre a instituição, as funções e os arquivos, conseqüentemente facilitando o acesso aos documentos produzidos e custodiados. Para Sousa (2013, p. 25):

A classificação, atividade essencial para a recuperação das informações, deve estar respaldada no princípio da proveniência, produzindo instrumentos que estabelecem as relações da instituição e sua estrutura enquanto constituidora de fundos, grupos, séries, entre outros.

Através da identificação do acervo, que vai ser montado o plano de classificação. Este instrumento busca uma compreensão melhor dos documentos. Neste contexto de classificação, Gonçalves (1998, p. 12) aponta que:

O procedimento técnico de classificação alcança, portanto, os tipos documentais (identifica-os e articula-os entre si), mas considera sobretudo a forma e as razões que determinaram sua existência (como e por quê foram produzidos).

A função de classificação acaba sendo uma das mais essenciais dentro das funções arquivísticas, pois é a mesma que contém a identificação do documento, além de sua localização física e/ou digital no acervo.

Existem dois conceitos que se conversam na arquivologia, que são os termos “plano de classificação” e “quadro de arranjo”. Para Gonçalves (1998), o plano de classificação é referido em arquivos correntes, e o quadro de arranjo em arquivos permanentes. Nesse caso, a função de classificação teria como viés o quadro de arranjo. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37), o arranjo é: “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo [...]”.

Segundo a arquivista Rosemeri Iensen, por ser um Centro de Documentação e Memória, o arranjo da Cinemateca Capitólio tem características não exatamente convencionais a de um arquivo permanente, mas sua documentação é classificada

por fundos e coleções.

O fundo é aquele constituído pela doação de um único autor, podendo ser de materiais variados. Tanto a documentação que é produzida pela CCA e recebida pela cinemateca, como também os chamados arquivos pessoais, sendo estes considerados fundos pessoais, que provieram de um determinado cineasta ou jornalista por exemplo. Os fundos são separados em séries e subséries. E as coleções são os documentos de formato similar, que também vêm de fontes variadas, sendo de doações do público externo e também da coordenação. Esta recebe, por exemplo, cartazes de filmes e folders vindos de diversas fontes, como de diretores e produtores que querem divulgar seus filmes na Cinemateca Capitólio. Estes materiais de divulgação são recebidos pelo CDM através da coordenação.

Uma fonte de consulta usada pela arquivista local é a obra “Como classificar e ordenar documentos de arquivo” de 1998 por Janice Gonçalves, do projeto “Como fazer” (que tem como objetivo auxiliar nos fazeres arquivísticos). Este manual tem como ponto central a abordagem da classificação e ordenação, mostrando a importância de uma estrutura para resultar na organização de um acervo.

5.5 Descrição

A descrição trata-se sobre a representação documental. Esta função tem como objetivo principal a descrição e assim o registro das informações sobre o documento, posteriormente servindo como meio de busca para a localização de informações de um arquivo.

Segundo a Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)) (2000), a descrição arquivística tem como designação a identificação e explicação contextual e do conteúdo dos documentos, com a finalidade de propiciar seu acesso. Esta função arquivística é desenvolvida através de representações precisas, onde as mesmas são organizadas através de modelos determinados.

Foram criadas normas arquivísticas, sendo essas consideradas modelos de descrição. Existem as normativas definidas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA): Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)); Norma Internacional para a Descrição de Funções (ISDF); Norma Internacional de Registro

de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)); Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), sendo uma adaptação da ISAD (G) para o Brasil. Segundo a NOBRADE (2006, p. 9) a mesma compreende-se como uma:

[...] adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional.

O desenvolvimento das normas ocorreu na década de 80, onde houve uma considerável necessidade de criação de parâmetros para descrição arquivística. A ISAD (G) foi desenvolvida pelo CIA em 1990 e publicada em 1994, abrangendo documentos de variados suportes. Em 1996 em Pequim, houve uma revisão para uma segunda edição. No Brasil, o Arquivo Nacional em 1998, encarregou-se de publicar a primeira norma em língua brasileira, a NOBRADE.

A NOBRADE tem como objetivo estabelecer normas para a descrição arquivística no Brasil, assim facilitando o acesso e a troca de informações em âmbito nacional. É voltada preferencialmente para a descrição de documentos permanentes.

Os elementos de descrição que compõem a NOBRADE são divididos em oito áreas: identificação; contextualização; conteúdo e estrutura; condições de acesso e uso; pontos de acesso e indexação de assuntos e para finalizar o controle da descrição.

Para além da NOBRADE e outras normas arquivísticas, no que concerne aos filmes, ainda existem muitas lacunas em relação às denominações dos documentos de cinema e audiovisual. Conseqüentemente isso acaba reverberando em outras atividades arquivísticas, como a descrição de filmes, onde existe uma espécie de desamparo para com a descrição de obras cinematográficas. Cordeiro e Amâncio (2005) trazem um possível modelo de descrição através da análise de filmes para a criação de termos descritores, sendo este modelo, mais enviesado para as unidades de informação (incluindo arquivos e bibliotecas por exemplo). Os autores basicamente separam em duas etapas: descrição fílmica e análise da representação

fílmica (ou seja, o conteúdo do filme). Na primeira parte, os autores elaboram alguns campos como: título do filme; diálogos/dublagem/legendas/intertítulos e ficha técnica. E na segunda parte, seriam as formas de apresentação/expressão, espaço, tempo, estabelecidas através do: gênero; registro temporal da trama; referência histórica; temas representados; estrutura narrativa e outras.

Sobre as sinopses de filmes no âmbito da descrição, Cordeiro e Amâncio (2005, p. 93) apontam que:

[...] muitas vezes, não são realizadas tendo como função a representação e a recuperação da informação para uma unidade de informação. São construídas a partir da perspectiva de seus realizadores. Contudo, em uma unidade informacional, as sinopses poderão ser feitas considerando-se critérios oriundos de uma diretriz institucional para tal fim, de modo que a construção dos textos sinópticos possa ser orientada por princípios quanto aos aspectos do conteúdo e da redação.

Desta maneira, os autores sugerem que as sinopses devem ser adaptadas através de uma sequência de critérios orientadores, como: apresentação e objetivo do personagem principal; conflitos descritos por meio dos fatos narrativos e personagens; fecho da trama, espaço e tempo em que se passa a trama. Apesar das normas e outros materiais citados anteriormente para descrição, de fato a descrição de filmes ainda está buscando seu espaço no âmbito da arquivologia e na ciência da informação.

A construção do banco de dados da Cinemateca Capitólio, com o apoio financeiro da Petrobrás, foi feito através do software “Light House¹³”. Segundo Rosemeri Iensen, todo material que chega na instituição passa por uma classificação (conforme mencionado na seção 5.3), por qual fundo ou coleção vai ser arquivado. Os documentos textuais e iconográficos são descritos no banco de dados da instituição que contempla as recomendações e campos da NOBRADE.

Já os filmes em película, para sua descrição, realizam-se pesquisas em outras instituições similares, como na base de dados da Cinemateca Brasileira¹⁴, da qual esta mesma instituição se baseia na Federação Internacional de Arquivos de

¹³ Disponível em: <https://www.lighthouseit.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.cinemateca.org.br/bases-de-dados/>. Acesso em: 08 out. 2023.

Filmes (FIAF)¹⁵ (organização explorada na seção 5.7 de preservação), que atribui as coordenadas de como devem ser feitas as descrições de filmes. A descrição feita pelo Capitólio, tem como alguns campos de preenchimento como: coleção/fundo; suporte; histórico do documento/origem entre outros (Figura 13).

FIGURA 13 - Descrição de uma fotografia do filme gaúcho O Quatrilho (1995), pertencente ao acervo



← Voltar para pesquisa

Código de acesso: **FFG00042**

Coleção/Fundo: **Filmes Gaúchos**

Descrição/Resumo: **O Quatrilho - Cena externa do longa metragem O Quatrilho filmado na cidade da serra gaúcha, Caxias do Sul. No elenco Alexandre Paternost, Patrícia Pillar, Glória Pires e Bruno Campos.**

Local: **Rio Grande do Sul - BR**

Ano: **1995**

Diretor: **Fábio Barreto**

Suporte: **Papel**

Descrição física: **Fotografia em cor, 12X18**

Estado de conservação/Intervenções: **Boa, com anotações no verso**

Doador: **M.Schmiedt Produções Ltda.**

Fonte: Cinemateca Capitólio (1995)

5.6 Difusão

A difusão é a disseminação do acervo documental de uma instituição. Seu objetivo é a divulgação e acesso do acervo arquivístico para o público, trazendo a aproximação e interação das pessoas de fora da instituição com os documentos. De acordo com Charbonneau (1999 apud Pereira; Silva, 2019, p. 12), a difusão é definida como:

O ato de divulgar, aprimorar, transmitir ou disponibilizar informações ou informações contidas em documentos de arquivo aos usuários (pessoas ou organizações) conhecido ou potencial para atender às suas necessidades específicas.

¹⁵ Disponível em: <https://www.fiafnet.org/>. Acesso em: 08 out. 2023.

Complementando o conceito, Martendal e Silva (2020, p. 256), definem a difusão arquivística como:

[...] função da Arquivologia que se relaciona à divulgação dos acervos e serviços de informação intermediada por arquivistas e é identificada por seu caráter inclusivo, ao reunir os usuários da informação (potenciais e frequentes, adequando os serviços prestados) a capitais informacionais.

Como dito anteriormente, o acesso faz parte da difusão, sendo de suma importância. Segundo a Associação Norte-Americana de Bibliotecas (2007 apud Edmondson, 2017, p. 24):

Acesso é qualquer forma de utilização das coleções, dos serviços ou dos conhecimentos de um arquivo, notadamente a leitura em tempo real de sons e imagens em movimento e a consulta de fontes de informação relacionadas ao material sonoro e de imagens em movimento, bem como aos campos de conhecimento a que se referem. O acesso pode ter um caráter ativo (de iniciativa da própria instituição) ou passivo (de iniciativa dos usuários da instituição).

O acesso ao documento é composto pelo físico (acesso ao suporte) e o intelectual (acesso às informações contidas no documento). Relacionado a estes tipos de acesso, deve-se estar atento com a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011¹⁶ e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018¹⁷, que lidam com questões de direito de imagens, compartilhamento de dados pessoais, a divulgação de informações ao público, qual informação que deve ser sigilosa, sua disponibilidade documental, assim como sua autenticidade e outros aspectos intrínsecos a estas leis.

Bellotto (2004) ressalta a ligação da difusão com a educação, trazendo outros países como referência, como a França, local onde desde a década de 50, já havia uma interação entre estudantes de escolas e os documentos, onde os alunos consultavam os arquivos para acharem determinadas informações, como questões regionais, culturais e outras. Nessa mesma linha, a autora disserta sobre a relação do arquivista com o professor, dentro de um contexto que ela nomeia como serviço educativo, sendo esse considerado um recurso pedagógico educacional. Esta ideia que a autora traz do contexto escolar com os arquivos, pode ser adaptada em relação a universidade, sendo mais específico com professores de arquivologia,

¹⁶ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

¹⁷ BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

onde estes levariam seus alunos de graduação para espaços arquivísticos.

A difusão, de acordo com Bellotto (2004), é classificada como três: editorial (sendo esse relacionado a publicações em revistas, periódicos e outros meios de divulgação); cultural (direcionada ao turismo, exposições, inaugurações e outros projetos culturais) e educativa como já abordada anteriormente. Assim, as possibilidades de difusão podem ser das mais variadas possíveis.

Apesar da difusão não ter restrição de pessoas, é importante conhecer e estudar o público alvo, ou seja, quem consome esse determinado conteúdo, localizando onde essas pessoas estão mais presentes (quais mídias sociais, lugares físicos), para assim haver uma concentração maior de divulgação nesses espaços.

Existem inúmeras atividades que podem ser desenvolvidas para a difusão documental, que abrangem as formas presencial e online como: exposições, visitas técnicas, palestras, oficinas, divulgação dos documentos através de suas descrições nas bases de dados (como citada a função anterior de descrição); publicação sobre o acervo em plataformas online como sites, blogs e outras diversas redes sociais. Outros veículos de difusão podem se dar através da mídia, como a televisão e rádio. A divulgação também pode ser feita não somente com o acervo em si, mas no espaço que comporta a documentação, como saraus, por exemplo.

A digitalização documental também é uma forma notória de difusão, objetivando seu acesso. Especificamente sobre a digitalização de documentos em papéis e iconográficos no âmbito do cinema e audiovisual, isto já ocorria no início dos anos 2000 na Cinemateca Brasileira, onde Queiroz (2017, p. 75) aponta que:

A primeira grande iniciativa de digitalização de documentos da Cinemateca se deu através de um projeto financiado pela VITAE, nos anos 2000, que resultou na disponibilização no site da instituição de aproximadamente 2 mil representantes digitais de cartazes referentes a filmes brasileiros.

Assim, percebe-se a multiplicidade de práticas relacionadas a função arquivística de difusão. Na Cinemateca Capitólio, a mesma é contemplada por diversas atividades. Uma das formas de difusão e acesso se dá através do banco de dados, disponível no site da cinemateca, onde o público pode ter uma visão geral do

acervo. Outra maneira de divulgação é através do blog¹⁸ do Capitólio, projeto desenvolvido pela arquivista Eliane Carniel Dias (antiga estagiária do local) em 2015.

Em 2016 surgiu o “Projeto: Visitas Guiadas” (Figura 14), que tinha como público alvo estudantes de ensino fundamental, médio e superior, além da comunidade em geral. Nas visitas guiadas posteriores a esta, houveram passeios de diversas escolas, conforme as figuras 15 e 16. Na Semana Nacional de Arquivos (Figura 17) também ocorreram visitas com estudantes de nível médio e graduação, para que os mesmos pudessem conhecer o espaço do acervo. Uma das atividades desenvolvidas nas visitas guiadas eram as projeções de filmes do acervo da cinemateca.

FIGURA 14 - Estudantes visitando a sala com a mesa enroladeira através do Projeto: Visitas Guiadas em 2016



Fonte: Acervo da Cinemateca Capitólio

¹⁸ Disponível em: <http://cinematecacapitolio.blogspot.com/>. Última atualização foi em 2021. Acesso em: 07 out. 2023.

FIGURA 15 - Estudantes de escola municipal em visita ao acervo da Cinemateca Capitólio em 2019



Fonte: Acervo da Cinemateca Capitólio

FIGURA 16 - Arquivista e bibliotecária guiando estudantes do Colégio Monteiro Lobato em visita a cinemateca em 2019



Fonte: Acervo da Cinemateca Capitólio

FIGURA 17 - Divulgação da 6ª semana dos arquivos em 2022



Fonte: Cinemateca Capitólio (2022)

Também acontecem eventos expositivos temáticos, como a exposição de cartazes, fotografias e outros documentos do acervo da Cinemateca Capitólio. Uma exposição de grande marco foi: "Cartazes: uma história do cinema brasileiro no Capitólio" (Figuras 18 e 19) de 2019, onde foi traçado uma linha do tempo do cinema brasileiro através dos cartazes expostos. Também se destacam as exposições permanentes, como a do cineasta gaúcho Teixeira, através da mostra de DVD's e fotografias (Figura 20).

FIGURAS 18 e 19 - Folder da exposição “Cartazes: uma história do cinema brasileiro no Capitólio” de 2019



Fonte: Acervo da Cinemateca Capitólio

FIGURA 20 - Exposição permanente das obras cinematográficas do cineasta gaúcho Teixeira



Fonte: A autora

Apesar da Cinemateca Capitólio ter como perspectiva o cinema gaúcho, ela também tem um olhar para o cinema estrangeiro, como em 2022, onde foi organizada uma exposição (Figura 21) em comemoração aos 40 anos do filme “E.T. O Extraterrestre” de Steven Spielberg, através de documentos como fotografias, revistas, jornais e outros.

FIGURA 21 - Exposição do filme E.T. O Extraterrestre (1982) na galeria de exposições da Cinemateca Capitólio em 2022



Fonte: Acervo da Cinemateca Capitólio

Atualmente ocorre o empréstimo de filmes estrangeiros em DVD's (Figura 22), estando disponíveis mais de 1.000 títulos de obras clássicas que se encontram no acervo da cinemateca. A maioria destes filmes foram doados por uma colecionadora apaixonada pela sétima arte, que tinha interesse que outras pessoas tivessem

acesso a estas obras. Para a divulgação desse serviço, foram feitas publicações nas redes sociais do Capitólio e em outros meios de comunicação. O catálogo está disponível em formato físico e digital¹⁹ para consulta. Curioso apontar que esta atividade remete à antiga função de uma locadora, mas trazendo visibilidade para o acervo, onde as pessoas tomam conhecimento quando entram em contato com o CDM para usufruir deste serviço gratuitamente.

FIGURA 22 - Folder de divulgação e explicação do serviço de empréstimo de filmes em DVD's do acervo da cinemateca

Empréstimo de Filmes em DVD

A Cinemateca Capitólio está realizando o empréstimo de filmes em DVD para seus frequentadores e comunidade em geral.

Para levar seus títulos preferidos basta entrar no site da Cinemateca: CAPITOLIO.ORG.BR

MENU ACERVO:
 ↳ ACERVO CAPITOLIO:
 ↳ ACERVO FILMES MULTIMEIOS

BUSCA (Digitar o título que deseja ou digitar a palavra "empréstimo" que será gerada uma lista dos títulos disponíveis para empréstimo)

Após é só enviar um e-mail para o CDMCAPITOLIO@GMAIL.COM solicitando os títulos preferidos.

Terça
Sexta

A retirada será de Terça-feira a Sexta-feira, das 14H às 17H30, em outros horários com agendamento.

Pode retirar até **10** títulos por vez, empréstimo por **até 15 dias**

Dúvidas e-mail CDMCAPITOLIO@GMAIL.COM
 Ou pelos fones 51 3289 7463/7464

Banco de dados com os filmes CAPITOLIO.ORG.BR/PORTAL

Acervo filmes em multimeios

Fonte: Cinemateca Capitólio [2023]

¹⁹ Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo?filter=categories:101>. Acesso em: 22 dez. 2023.

O processo de digitalização de documentos na cinemateca, baseia-se nas diretrizes do CONARQ, onde processo é feito em formato Joint Photographic Experts Group (JPEG), do qual o arquivo é comprimido sem conter grandes perdas. Documentos em suportes de papel e iconográfico como cartazes, press-books, fotografias, são digitalizados e assim passam a integrar o banco de dados, anexado para o usuário conseguir visualizar durante a navegação no site.

5.7 Preservação

As autoras Roncaglio e Manini (2016, p. 79) conceituam a preservação como:

Programa de conservação preventiva, procedimentos de higienização, acondicionamento, guarda, climatização, e monitoração ambiental dos documentos; preservação das informações (migração de suporte, alteração de formatos de arquivo, atualização de sistemas de informação etc).

Também para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 135), a preservação é: “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.”

A função de preservação trata-se de uma organização estratégica, de um plano preventivo para o mantimento do acervo, evitando que haja danos com os documentos. A preservação abrange o suporte físico e intelectual (o conteúdo), focando nos arquivos considerados de valor histórico e patrimonial para a sociedade. Esta função acaba sendo de grande complexidade, pois cada documento possui uma determinada adequação para sua preservação.

A preservação tem como vertentes as atividades de conservação e restauração, assim tornando-se um conceito mais abrangente, que envolve todas as configurações essenciais para a salvaguarda do acervo local. Juntando essas atividades dentro da função de preservação, Souza (2013, p. 39) disserta sobre:

A preservação direta é a utilização de técnicas de restauração aplicadas diretamente nos documentos como forma de intervir sem prejudicar a integridade do documento. A preservação indireta, por sua vez, são as técnicas de desaceleração do processo de deterioração aplicadas no acervo como forma de prevenir maiores danos. Esta também é conhecida como conservação.

A atividade de conservação abarca a chamada “conservação preventiva”, sendo essa a prática de proteção para prevenção de danos, feita através de

estratégias adotadas como o controle climático e escolha de material adequado para o mantimento do documento. Atividades de higienização e pequenos reparos que objetivam o retrocesso e/ou diminuição da danificação que já está ocorrendo no documento também se incluem na conservação preventiva. Segundo Caldeira (2006) esse viés de conservação iniciou sua consolidação durante a década de 80:

A Conservação Preventiva surgiu, solidamente como campo de trabalho e pesquisa científica, nos Estados Unidos, na década de 80 estabelecendo-se como atividade responsável por todas as ações tomadas para retardar a deterioração e prevenir danos aos bens culturais por meio da provisão de adequadas condições ambientais e humanas. Assim, há cerca de 20 anos a Conservação Preventiva passou a ser pesquisada e, ao longo desse tempo, muito tem se trabalhado para o seu aprimoramento científico. (Caldeira, 2006, p. 99).

A conservação preventiva compreende questões de acondicionamento, ou seja, o ambiente em que o acervo está armazenado, sendo pertinente destacar questões como temperatura, umidade do ar, iluminação (lâmpadas, cortinas), móveis (armários, estantes) e outros.

Dentro da conservação preventiva, no que se diz respeito da temperatura e umidade, Teixeira e Ghizoni (2006) ressaltam que o sistema de climatização do ambiente, deve estar ligado 24 horas por dia, para que assim os acervos não sofram alterações maiores de temperatura e umidade. Sobre a elevação de temperatura local, Ogden (2001, p. 8) aponta:

“Pesquisas recentes indicam que são preferíveis os níveis mais baixos de umidade relativa, dentro dessa faixa, porque com eles a deterioração progride em menor velocidade. Em geral, quanto mais baixa a temperatura, melhor”.

A autora também destaca que temperaturas elevadas estimulam o aumento de mofos e outros agentes deteriorantes.

Uma das principais situações desafiadoras da conservação preventiva (inclusive de toda a preservação), são os agentes deteriorantes dos acervos, que podem ser:

- físicos: temperatura, umidade relativa do ar, luz natural ou artificial;
- químicos: poeira, poluentes atmosféricos e o contato com outros materiais instáveis quimicamente;
- biológicos: micro-organismos, insetos, roedores e outros animais;
- antrópicos: manuseio, armazenamento e exposição incorreta, intervenção inadequada, vandalismo e roubo;

- catástrofes: inundações, terremotos, furacões, incêndios e guerras. (Teixeira; Ghizoni, 2006, p. 16).

Apesar do conceito de conservação ter surgido com o viés em “bens culturais”, enfatizados em cursos como conservação e restauração de bens culturais móveis e na museologia, seu uso prático se expandiu para outras áreas, inclusive para a arquivologia.

Já a restauração, é quando o documento se encontra em situação mais agravante, como uma deterioração. Assim tem como finalidade a recuperação do mesmo, deixando-o com maior proximidade de seu formato original ou do qual foi encontrado. Incluindo este conceito brevemente na área de suportes filmicos, Butruce (2020, p. 170-171) aponta que:

[...] a maioria das definições sobre restauração audiovisual inclui a ideia de retorno à condição original do filme. A ideia subjacente é que existiria um estado de origem ao qual seria possível retornar (ou ao menos se aproximar) através da restauração.

Isto posto, a restauração visa a recuperação da informação e suporte, onde o documento estando em condições de deterioração mais avançada, seu restauro objetiva a recuperação do documento.

Ressaltando que, a intenção não é esconder que houve alguma restauração ou deixar totalmente igual como foi criado, mas sim o mais aproximado de seu formato de origem ou de como foi encontrado.

Para o manuseio de documentos, é necessário o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) como luvas, jaleco e máscara, para proteção não só de quem está em contato com o documento, mas também para manter a integridade do material.

No âmbito das recomendações arquivísticas, na parte da preservação de documentos permanentes, o que se tem de mais próximo de orientação vinda do CONARQ são as publicações dos manuais do projeto de Conservação Preventiva

em Bibliotecas e Arquivos (CPBA)²⁰, sendo este criado pela Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), órgão integrante do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

Segundo Beck (2001), o projeto CPBA surgiu em 1994, perante a preocupação com a preservação dos documentos do país, vindo assim, a conservação preventiva como o caminho mais viável perante a realidade de custos e outros aspectos. Assim, o projeto objetiva a expansão do conhecimento sobre preservação de acervos documentais.

As publicações da CPBA abordam a conservação preventiva de livros, documentos, filmes, fotografias e suportes magnéticos. Destacando que houve uma preocupação em relação ao idioma desses materiais, então muitas das obras foram traduzidas, contendo também uma literatura de fácil entendimento para iniciantes. Os assuntos dos cadernos técnicos são divididos em: acondicionamento; conservação; meio ambiente; emergências; planejamento; fotografias e filmes; registros sonoros e fitas magnéticas e reformatação. Todos os 23 cadernos estão disponíveis no site²¹ da CPBA.

Outro formato imprescindível de preservação é a digital. Apesar de ser considerado um tópico mais recente (se comparado com a preservação de documentos físicos), cada vez mais ganha destaque no espaço arquivístico. A preservação digital abarca uma série de ações que são utilizadas tanto para documentos digitalizados como para nato-digitais (documento que foi criado digitalmente, ou seja, não tem em suporte físico), que precisam de comprovação de autenticidade.

No procedimento de preservação de documentos digitais, Arellano (2004, p. 17) disserta que:

[...] é necessária a adoção de ferramentas que protejam e garantam a sua manutenção. Essas ferramentas deverão servir para reparar e restaurar registros protegidos, prevendo os danos e reduzindo os riscos dos efeitos

²⁰ Disponível em:

<https://www.gov.br/funarte/pt-br/areas-artisticas/artes-integradas-1/centro-de-conservacao-e-preservacao-fotografica-da-funarte-ccpf/cadernos-tecnicos>. Acesso em: 08 out. 2023.

²¹ Disponível em: <https://arqsp.org.br/cpba/>. Acesso em: 08 out. 2023.

naturais ou para restaurar os documentos já danificados.

Visando estes preceitos, o CONARQ publicou materiais sobre preservação digital, como: “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, sendo aprovada em 2003 e publicada em 2005, com o objetivo da ampliação do debate sobre o legado cultural em formato digital. Conforme o CONARQ (2005), a publicação visa destacar a importância e necessidade de assentar estratégias e ações que objetivam a preservação e acesso aos documentos arquivísticos digitais.

Outra publicação é a resolução de nº 31: “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes”, resolução de 2010, que auxilia as instituições que tenham em seus arquivos, documentos permanentes, na elaboração de projetos e execução de programas de digitalização. E para complementação e atualização do manual anterior, o Decreto nº 10.278/2020: “Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo”, que aborda aspectos como gestão, manutenção e preservação de documentos digitalizados. Todas essas publicações estão disponibilizadas em formato online no site²² do CONARQ para acesso. Outra instituição que reforça em seus objetivos principais a preservação digital é o próprio CIA, que traz como perspectivas principais o incentivo da preservação digital e onde o cidadão possa ter acesso livre ao arquivo.

Adentrando diretamente aos acervos documentais de cinema e audiovisual, existem diversas instituições que atuam em prol da preservação arquivística cinematográfica. Uma das pioneiras foi a FIAF, fundada na França em 1938, atualmente localizada na Bélgica, sendo um órgão internacional que tem como propósito a preservação de filmes, tanto como obra artística e/ou histórica; auxiliando também na divulgação desses documentos, estimulando outros países a manterem estes arquivos. A FIAF para o Brasil exerce grande influência, sendo o Arquivo Nacional filiado desta instituição.

Com a intenção de ampliar e atualizar esse manual, em 1982 criou-se o Conselho de Coordenação de Associações de Arquivos Audiovisuais (CCAAA), grupo que reúne as mais diversas organizações que lidam diretamente com arquivos

²² Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-conarq>. Acesso em: 08 out. 2023.

audiovisuais, que tem como objetivo o incentivo da preservação e acesso do patrimônio audiovisual mundial.

Em 2007, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) juntamente com a CCAA, determinaram que no dia 27 de outubro seria o Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual (sendo a data escolhida referente ao dia em que foi aprovado o manual de preservação e salvaguarda de filmes elaborado pela UNESCO em 1980). Este dia visa conscientizar e valorizar a preservação de documentos de cinema e audiovisual.

No Brasil, foi criada a Lei Paulo Gustavo, definida como Lei nº 195 de 2022, que tem como meta a promoção da produção e preservação das obras audiovisuais brasileiras. No artigo 6º, inciso 3, é destacado a questão da preservação arquivística audiovisual: “[...] realização de rodadas de negócios para o setor audiovisual e para a memória, a preservação e a digitalização de obras ou acervos audiovisuais [...]” (Brasil, 2022). Em sua cartilha, essa lei traz a gestão e digitalização dos acervos audiovisuais como seus principais assuntos.

Para consulta, existem manuais e livros como referências de pesquisa para a preservação de acervos documentais de cinema e audiovisual. Além do CONARQ (como citada anteriormente), outras instituições desenvolvem manuais para os diferentes suportes documentais, como a publicação “Manuseio de Películas Cinematográficas” (2006) aborda as questões de manuseio e preservação de filmes em película; a Fundação Nacional de Artes (Funarte) com seus “Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica²³” objetivando a conservação fotográfica; além de cursos, palestras e workshops online desenvolvidos pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual (ABPA)²⁴, entidade que busca estimular a valorização e o interesse na salvaguarda do patrimônio audiovisual brasileiro.

Recentemente em 2023, a preservadora audiovisual Natália de Castro do Centro Técnico Audiovisual (CTAv), localizado no Rio de Janeiro, lançou o livro

²³ Disponível em:

<https://www.gov.br/funarte/pt-br/areas-artisticas/artes-integradas-1/centro-de-conservacao-e-preservacao-fotografica-da-funarte-ccpf/cadernos-tecnicos>. Acesso em: 08 out. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://abpanet.org/>. Acesso em: 08 out. 2023.

“Revisão de filmes: manual básico²⁵”, sendo este um guia de manuseio especificamente de filmes em película, onde é descrito de forma minuciosa e acessível (seja para leigos ou especialistas) o processo de manuseio e revisão das películas através de explicações e ilustrações, assim tornando seu conteúdo mais elucidado. O manuseio feito de forma correta não deixa de ser uma ação de preservação, pois quanto mais adequadamente se faz o manuseio do suporte documental, maior a chance de durabilidade do mesmo.

Uma instituição de grande importância e de influência mundial com enfoque em filmes em películas, é a The Film Foundation²⁶, criada em 1990 pelo cineasta norte-americano Martin Scorsese, sendo uma organização sem fins lucrativos com a missão de preservação e restauração de filmes em películas, sediada nos Estados Unidos. Em parceria com outras instituições arquivísticas, a fundação participou da restauração de mais de 1000 filmes, onde são disponibilizados para o público através de festivais, instituições de ensino e outros.

A The Film Foundation criou um projeto nomeado de “World Cinema Project” (WCP), que tem como propósito a preservação e restauração de filmes de todo o mundo. Até o momento, 54 filmes dos continentes da África, Ásia, Leste Europeu, América Central, América do Sul e Oriente Médio foram restaurados e exibidos para um público global, mostrando a rica diversidade do cinema mundial. O WCP também promove programas educacionais, como escolas de cinema que abordam a preservação cinematográfica; workshops que permitem que pessoas aprendam a arte e a ciência da preservação de filmes.

Assim, destaca-se o trabalho de digitalização específico de filmes em película. A digitalização de filmes objetiva não somente o acesso mas também a preservação e salvaguarda de um filme do qual sua matriz pode estar em grave estado de deterioração, inclusive de perda. Nem todos os espaços de acervos audiovisuais contém os equipamentos necessários para estes serviços, por serem mais complexos e de alto custo, mas instituições como a própria The Film Foundation

²⁵ Disponível em: <https://mam.rio/publicacoes/revisao-de-filmes-manual-basico/>. Acesso em: 08 out. 2023.

²⁶ Disponível em: <https://www.film-foundation.org/>. Acesso em: 08 out. 2023.

(Figura 23) e a Cinemateca Brasileira trabalham com este processo de digitalização de filmes em película.

FIGURA 23 - Antes e depois do processo de preservação através da digitalização e restauração do filme Sei Onde Fica o Paraíso (1945) pela The Film Foundation



Fonte: The Film Foundation (c2023)

Em 2020 estudantes da escola de cinema Elías Querejeta Zine Eskola da Espanha, através de um período de especialização no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, criaram um protocolo²⁷ de digitalização de filmes em pequenos formatos (8mm, Super 8, 9,5mm e 16mm) para a Cinemateca Portuguesa, mas não sendo exclusivamente para instituição, podendo ser adaptada em outros lugares com acervos fílmicos. O trabalho é dividido em diversas etapas, sendo desde a preparação do material para a sua digitalização no scanner (através do processo de captura das imagens) até sua cópia de transporte e segurança, seguido da preparação para colocar o filme onde estava e assim seguir no seu processo de

²⁷ Disponível em:

https://www.fiafnet.org/images/tinyUpload/2021/06/PROTOCOLO_DE_DIGITALIZACAO_DE_MATERIAIS_FILMICOS_DE_PEQUENO_FORMATOv2_2.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023.

conservação.

O conhecimento do saber fazer este trabalho, não é uma função específica do arquivista desempenhar, mas como esta reflete diretamente nos acervos, é importante que o profissional possa se apropriar deste conhecimento para que consiga praticar este método de preservação quando possível.

A preservação, como dito anteriormente, abrange diversas camadas, e o processo desta função na Cinemateca Capitólio não é diferente.

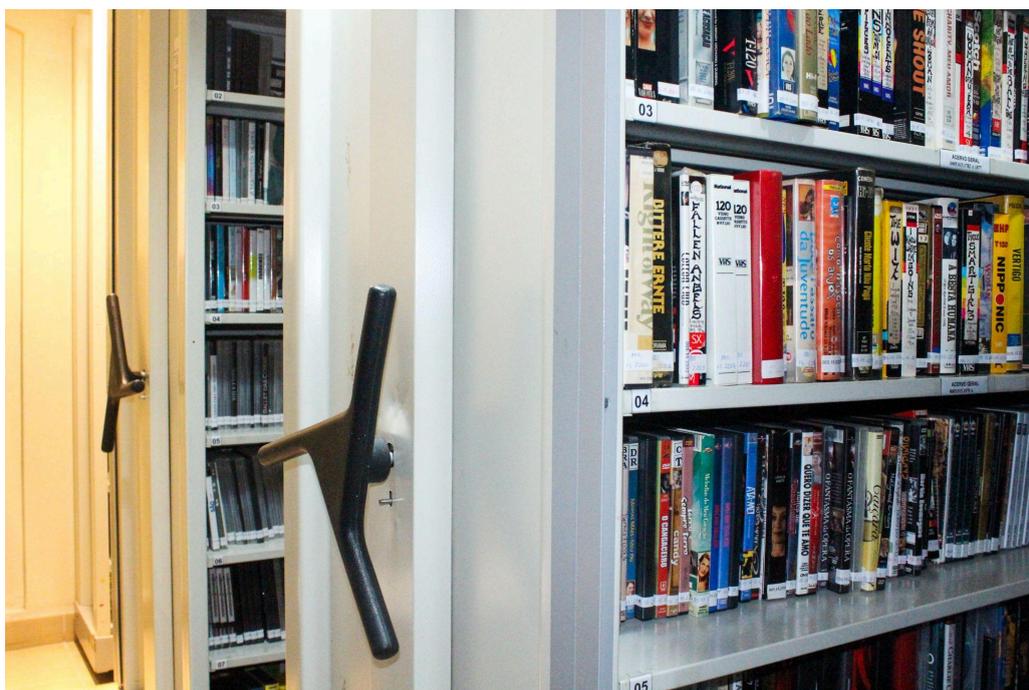
Sobre a localização dos documentos, o acervo de filmes em película devido a especificidade na conservação, se encontram duas salas (Figura 24 e 25); os demais filmes em suportes como VHS, Betacam, DVD, Blu-ray, HD, além das fotografias, ficam armazenados em uma terceira sala (Figura 26) e os documentos textuais em uma outra sala (Figura 27) próxima a biblioteca.

FIGURAS 24 e 25 - Salas de filmes em películas



Fonte: A autora

FIGURA 26 - Sala de acervo de filmes em VHS, Betacam, DVD, Blu-ray, HD



Fonte: A autora

FIGURA 27 - Sala com os documentos textuais



Fonte: A autora

Quanto à temperatura e umidade do acervo, o ar-condicionado deve estar sempre ligado, onde mantém-se uma temperatura estável. Constatando que a temperatura não deve ser elevada, para assim ocorrer sua conservação ter maior durabilidade. É consultado a tabela de temperatura e umidade proveniente do Arquivo Nacional (Figura 28).

FIGURA 28 - Tabela de temperatura e umidade

RECOMENDAÇÃO DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA DO AR PARA OS DIFERENTES SUPORTES DE INFORMAÇÃO			
Suporte	Temperatura	Umidade Relativa do Ar	Observações
Documentos suporte em Papel	18 °C a 22 °C	50% a 60%	Manter temperatura e umidade relativa constantes nos acervos
Discos de acetato, vinil e goma-laca	18 °C a 22 °C	50% (+-5%)	
*Filmes cinematográficos, negativos fotográficos, microfilmes e cromos	10 °C (cor) 15 °C (PB)	30%	Sempre que possível manter as luzes apagadas nas áreas de acervos
Fotografias em papel	18 °C a 22 °C	35% a 45%	
LT0 Suportes Ópticos:	16 e a 25C	20% a 50%	
CDs e DVDs	18 °C a 20 °C	45% (+-5%)	
Suportes magnéticos:			
HDs, VHS, S-VHS, U-Matic, BetaCam, 8mm LT0 Durabilidade 300 anos	18 °C a 20 °C 16 e a 25C	33% a 40% 20% a 50%	

Fonte: A autora

A arquivista local relata que com a compra de um novo desumidificador do modelo Desidrat Plus 3000 (Figura 29), conseguiu-se deixar uma umidade mais adequada nas salas de filmes em película, onde apesar do ideal ser 30%, obteve-se a média em até 40% (sendo um fator positivo, pois nunca se teve essa marca antes, geralmente apresentava-se entre 60 e 70%). A temperatura é medida através de um termo-higrômetro (Figura 30).

FIGURA 29 - Desumidificador do acervo



Fonte: A autora

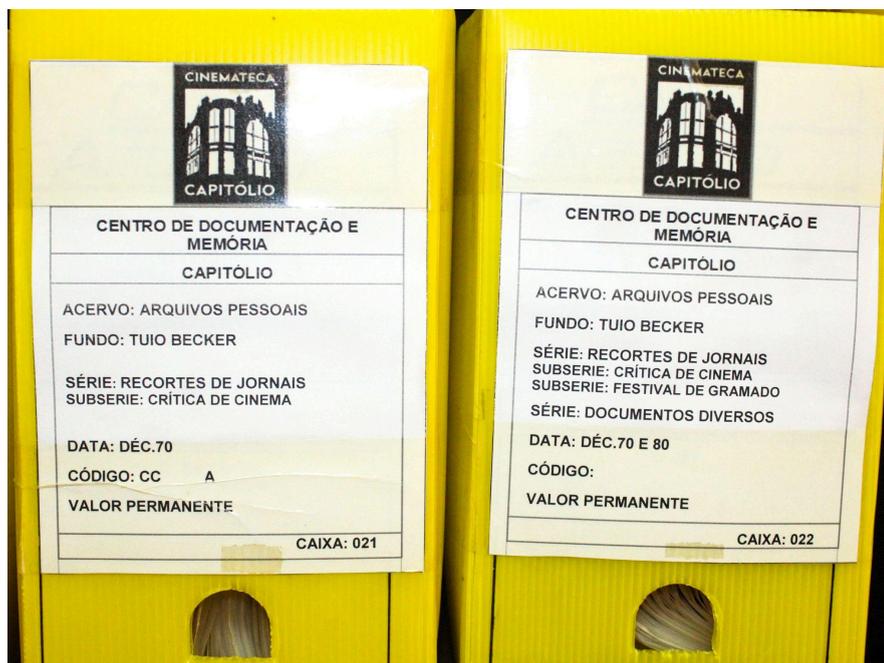
FIGURA 30 - Termo-higrômetro



Fonte: A autora

Documentos como recortes de jornais, folders, relatórios, relacionadas ao cinema, estão presentes em uma mesma sala, acondicionados em caixas-arquivos (Figura 31), que servem para proteger os documentos do pó e de outros agentes deteriorantes.

FIGURA 31 - Caixas-arquivos do acervo



Fonte: A autora

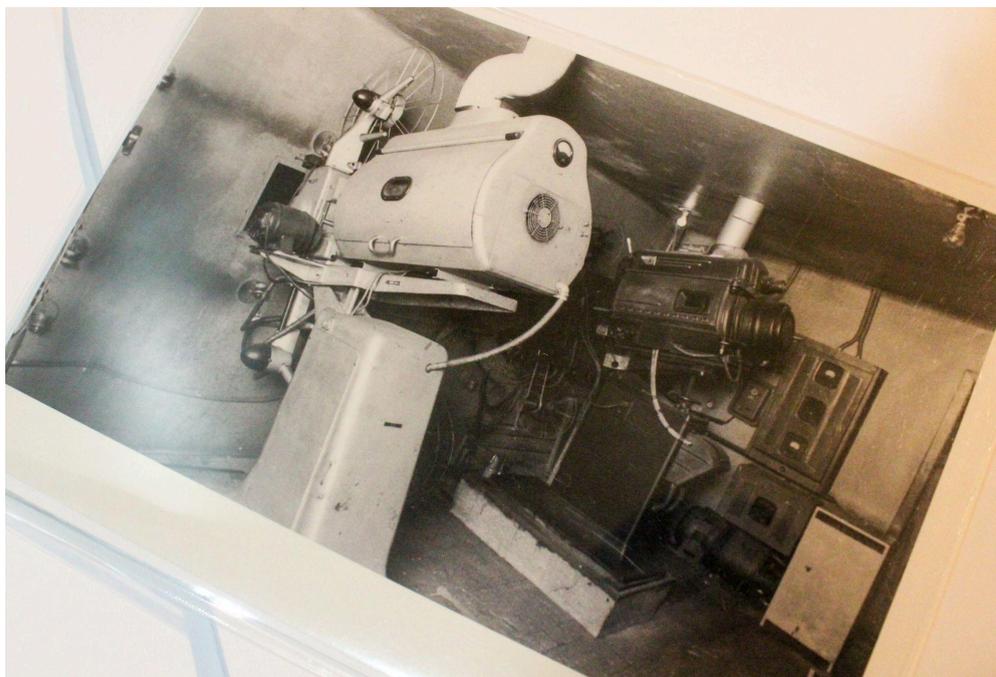
Ainda nos documentos textuais e iconográficos, estes são acondicionados em embalagens de dois tipos (poliéster e papel alcalino). Os documentos em cartaz (Figura 32) e fotografia (Figura 33) se encontram em material de poliéster.

FIGURA 32 - Cartaz do filme Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964) do acervo da Cinemateca Capitólio



Fonte: A autora

FIGURA 33 - Fotografia do acervo da Cinemateca Capitólio



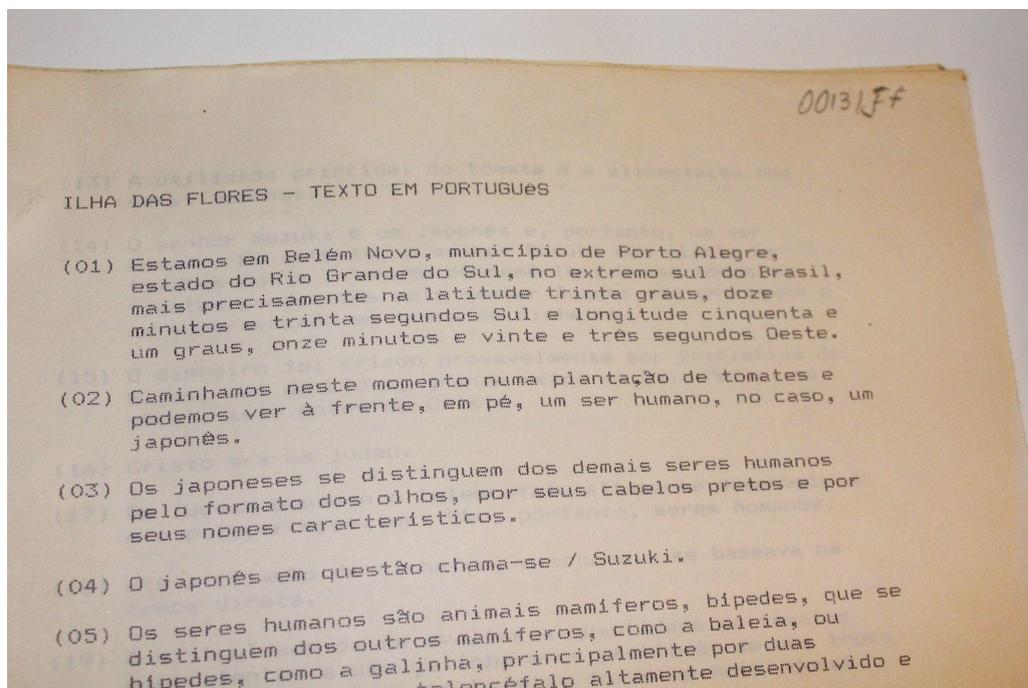
Fonte: A autora

Para as fotografias, Mustardo e Kennedy (2001) descrevem o poliéster como o material ideal de invólucro, onde as fotos podem ser visualizadas sem a necessidade de as manusear diretamente. Uma das únicas problemáticas em relação a este material é que estas embalagens de plástico podem gerar cargas eletrostáticas que atraem sujeiras, mas ainda assim é recomendado o uso do poliéster. A arquivista relata que como é caro comprar envelope pronto, é adquirido um grande rolo de poliéster e assim feito folders, onde as fotografias são colocadas separadamente, das quais duas fotos ficam de verso uma para outra.

Já os documentos em papel (Figura 34) são acondicionados em material de papel alcalino, e por questão de recursos, são compradas folhas grandes e assim cortadas em formato de folders. Para o acondicionamento desses documentos, o material indicado é o papel alcalino, pois segundo Santos e Ummel (2021), sua reserva alcalina contribui para a longevidade do papel, onde seu pH varia de 7,5 a 8,5. O ideal é o pH do papel alcalino ser no máximo 12, pois sendo muito alcalino com pH 14 por exemplo, não é bom, visto que caso não haja um controle de temperatura e umidade no ambiente, o papel de muita alcalinidade inclina-se a criar

fungos mais rapidamente.

FIGURA 34 - Roteiro do curta-metragem Ilha das Flores (1989)



Fonte: A autora

Os filmes em suporte magnético (Figura 35) ficam diretamente nas estantes deslizantes sempre em posição vertical, onde o rolo do filme deve ficar para baixo, visando sua preservação.

FIGURA 35 - Filmes em suporte VHS do acervo da Cinemateca Capitólio



Fonte: A autora

As películas cinematográficas (Figura 36) que estão presentes no acervo do Capitólio são de material de acetato e poliéster. Estes filmes encontram-se divididos em duas salas: uma com os filmes em melhor estado de conservação, e outra sala onde ficam os filmes em maior estado de deterioração, com forte cheiro de vinagre (causado pelo acetato). Essa última sala, contém um exaustor que retira o ar direto da sala para a parte exterior, assim não se misturando com os demais. Um filme em deterioração não deve ficar no mesmo ambiente que um filme em bom estado, pois pode contaminar e danificar outros rolos de filmes. O ácido produzido pelos filmes em estado avançado de deterioração corrói também estantes e paredes da sala.

FIGURA 36 - Filmes em película do acervo da Cinemateca Capitólio



Fonte: A autora

O tratamento técnico dos filmes em película é desenvolvido por uma arquivista contratada (que já tem experiência na área, além de ter feito curso na Cinemateca Brasileira e também trabalhado com outros acervos de filmes).

Resumidamente, o processo do manuseio segue-se desta maneira: coloca-se o rolo de filme na mesa enroladeira (Figura 37) para assim ser feita a revisão do estado de conservação do filme. Frisando sempre o uso do álcool 70 (pois este seca rapidamente) nos materiais que serão de uso durante o processo, como em toda a mesa enroladeira, nos discos (onde o filme fica posicionado), no batoque (peça que

fica localizada do núcleo do rolo de filme, com o objetivo de manter o rolo firme, para evitar que o mesmo encaracole), na lupa conta fios, tesoura, régua e outros. Também se faz necessário o uso de luvas de algodão para o manuseio de filmes. Como citado anteriormente, o manuseio de forma correta acaba sendo uma ação de preservação e conservação do suporte fílmico.

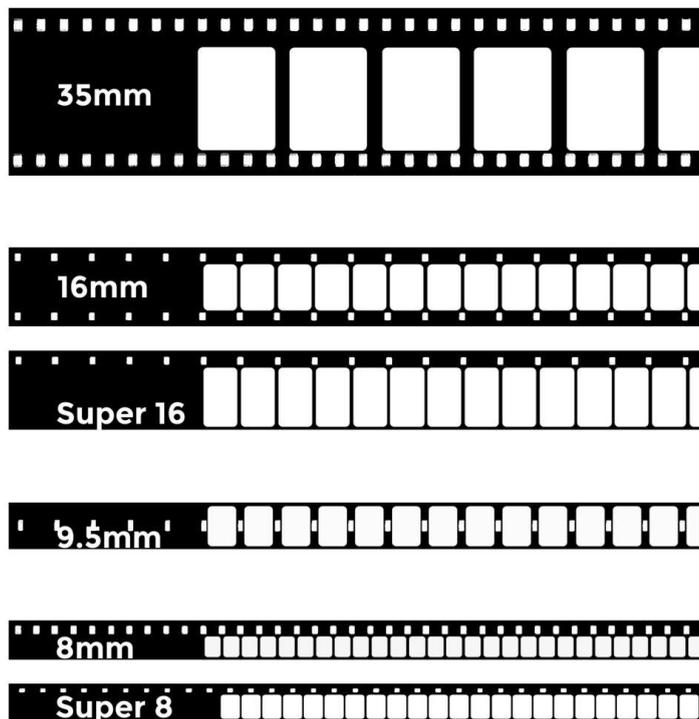
Figura 37 - Filme em película na mesa enroladeira



Fonte: Cinemateca Capitólio (2015)

Anualmente é realizada a revisão de cada rolo de filmes do acervo, sendo feita a verificação do estado de conservação dos rolos. A bitola que seria a largura do filme pode ser de tamanhos variados (Figura 38), mas as bitolas que estão mais presentes no acervo do Capitólio são os de 35mm (mas também existem os de 16mm, 8mm, Super 8 e poucos de 9,5mm).

FIGURA 38 - Os tipos de tamanhos de uma bitola cinematográfica



Fonte: Estudos Audiovisuais (2016?)

Por fim, pautando a preservação digital, os documentos em papel e fotográficos são digitalizados em três formatos: JPEG, Portable Document Format (PDF) (tendo estes com enfoque para acesso) e Tagged Image File Format (TIFF), sendo esse último designado a preservação. Segue-se as recomendações do CONARQ, conforme sua tabela (Figura 39) que orienta a preservação digital de cada material. Assim, estes documentos digitalizados são armazenados em um servidor interno, com acesso restrito e local, do qual o servidor contém dois discos, sendo um deles para backup, visando a proteção dos documentos ali armazenados.

FIGURA 39 - Tabela de digitalização para preservação

TABELA 1

Tipo de documento	Tipo de Reprodução	Formato de arquivo digital	Resolução mínima, modo de cor e observações
Textos impressos, sem ilustração, preto e branco. (*) sem manchas	Bitonal (**)	TIFF ³⁸ sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi ³⁹ , escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 4 bits, modo bitonal(**)
Textos impressos, com ilustração e preto e branco.(*) com manchas	Tons de cinza (***)	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza (***)
Textos impressos, com ilustração e cor	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB (****)
Manuscritos sem a presença de cor	Tons de cinza	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 8 bits, modo tons de cinza (***)
Manuscritos com a presença de cor	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB (****)
Fotografias (Preto e Branco e Cor) (**)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2 cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para ajuste de níveis (preferencialmente)
Negativos fotográficos e diapositivos (a)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 3000 dpi, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB (****)
Documentos cartográficos	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza para ajuste de níveis (preferencialmente) (****)
Plantas	Preto e branco	TIFF	Resolução mínima de 600 dpi, 8 bits, com possibilidade de modo tons de cinza (****)
Microfilmes e microfichas	Tons de cinza (***)	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, 8 bits, modo tons de cinza (***)
Gravuras, cartazes e desenhos (Preto e Branco e Cor)	Cor	TIFF sem compressão	Resolução mínima de 300 dpi, escala 1:1, com margem preta de 0,2cm ao redor do documento, 24 bits (8 bits por canal de cor), modo RGB, com carta de cinza ou cores para ajuste de níveis (preferencialmente) (****)

Fonte: CONARQ (2010)

Os filmes em formato digital são preservados em fitas Linear Tape-Open (LTO) e HDs. As fitas LTO servem com armazenamento e cópia de segurança, tendo grande durabilidade.

Observa-se que a preservação e as outras funções arquivísticas abordadas nas seções anteriores, atuam de maneira assertiva no desenvolvimento do trabalho do arquivista com os acervos documentais. Com as funções, nota-se uma organização bem mais definida para o tratamento com os documentos, conseqüentemente gerando um processo estruturado desde a fase inicial até final do trabalho exercido pelo profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cinema gaúcho é rico em histórias, tanto em suas narrativas cinematográficas, como nos bastidores, criação de filmes e outros. Isso é perceptível através do vasto acervo documental da Cinemateca Capitólio. E um dos profissionais que trabalha diretamente com estes arquivos é o profissional em arquivologia.

O arquivista ao longo da sua trajetória, pode se deparar com diversos documentos em seu ambiente de trabalho, podendo ter a possibilidade de serem acervos documentais de cinema e audiovisual. Na presente pesquisa, foi apresentado a dinâmica do profissional com estes documentos, que se dá através do desempenho de suas atividades, tendo as funções arquivísticas como diretrizes para seu trabalho. Também foi reconstituída a história do acervo documental de cinema e audiovisual da Cinemateca Capitólio, que ajudou na compreensão do acervo da instituição.

Sendo o escopo deste trabalho os arquivos permanentes da área cinematográfica, trata-se de aspectos de memória e cultural da nossa sociedade, sendo de extrema relevância a preservação e difusão desses acervos. São através destes documentos que temos acesso a história do nosso povo e da nossa cultura, seja em forma de documentário ou ficção, por exemplo. Já ocorreram diversas situações que ocasionaram na perda dos acervos cinematográficos, como o caso da Cinemateca Brasileira em 2021 (e em anos anteriores), onde tiveram seus arquivos históricos destruídos pelo incêndio. Um dos fatores contribuintes para isso, são questões como falta de verba e apoio financeiro no antro governamental e também a carência de capacitação das pessoas para trabalharem com estes arquivos, que só aumentam as chances de perda da nossa história. E esta pesquisa teve como uma de suas intenções abordar a contribuição do profissional em arquivologia nestes espaços de cinematecas que contenham um acervo documental de cinema e audiovisual.

Ressalta-se que o arquivista não deva trabalhar isoladamente, pois para a construção e conservação de um acervo, se faz necessário a presença de outros profissionais presentes nas instituições (pelo menos que estejam conscientes sobre

a existência dos arquivos no local em que trabalham) e também a importância de associações de amigos, como a AAMICA no caso da Cinemateca Capitólio, a FIAF que unifica instituições que contenham acervos cinematográficos, e outros que lutam pela (r)existência desses arquivos.

Conclui-se que, apesar das funções arquivísticas contribuírem para uma organização mais estruturada para o tratamento com os documentos e para este tipo de acervo, foram constatadas algumas questões, como a carência de profissionais em arquivologia no debate sobre documentos de cinema e audiovisual, e como uma maior presença do arquivista seria significativo para o melhoramento de definições de conceitos na área, para que de fato, o profissional realmente pudesse se sentir pertencente a este universo.

REFERÊNCIAS

- ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.2, p.15-27, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/FLfgJvpH3PZKf3HbpKYchZr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL. Coordenação-geral de Processamento e Preservação do Acervo. Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos. Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais. **Guia de fundos e coleções imagens em movimento**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.
- AXT, Gunter. **Cine-Theatro Capitólio**: Um olhar em transformação. Porto Alegre: Fundacine, 2007.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes - tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BECK, Ingrid. **CPBA**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://arqsp.org.br/cpba/>. Acesso em: 08 out. 2023.
- BORDE, Raymond. **Les Cinémathèques**. França: L'Age d'Homme, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Augusto Dauzacker; BRANDÃO, Myrna Silveira. **Preservar é preciso**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **ISAAR(CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Decreto nº 10.867, de 16 de dezembro de 1993. **Regulamenta a lei nº 7328, de 04 de outubro de 1993, que institui o fundo municipal de apoio à produção artística e cultural.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1993/733/7328/lei-ordinaria-n-7328-1993-cria-o-fundo-municipal-de-apoio-a-producao-artistica-e-cultural-de-porto-alegre-fumproarte>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 18.844, de 12 de novembro de 2014. **Cria a Cinemateca Capitólio no antigo Cine-Theatro Capitólio, localizado na Rua Demétrio Ribeiro, nº 1085, nesta Capital.** Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2014/1885/18844/decreto-n-18844-2014-cria-a-cinemateca-capitolio-no-antigo-cine-theatro-capitolio-localizado-na-av-borges-de-medeiros-n-108-esquina-com-a-rua-demetrio-ribeiro-n-1079-nesta-capital>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL, Giba Assis. **Carta de encaminhamento de minuta de convênio.** Porto Alegre, 1991.

BRASIL. Lei complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. **Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 11 mar. 2023.

BUTRUCE, Débora Lúcia Vieira. **A restauração de filmes no Brasil e a incorporação da tecnologia digital no século XXI.** Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-04032021-144034/pt-br.ph>. Acesso em: 16 dez. 2023.

CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação preventiva: histórico.** São Paulo: Revista CPC, n. 1, p. 91-102, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15582>. Acesso em: 08 out. 2023.

CAROU, ALAIN. **Une nouvelle source de l'histoire du cinéma, de Boleslas Matuszewski (1898).** França: Bulletin des bibliothèques de France (BBF), 2012. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-01-0018-003>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **A exibição do filme Voando para o Rio, com Dolores Del Rio no Cine-Theatro Capitólio foi um grande evento social na época, em**

1935. Porto Alegre, 1935. 1 fotografia digital. Código de acesso: FCC00142. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=48854>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Concurso de Miss Capitólio em 1938.** Festa na residência da vencedora do concurso Lilia Vidal. Porto Alegre, 6 mar. 1938. 1 fotografia digital. Código de acesso: FCT00019. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=48865>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Empréstimo de filmes em DVD.** [Porto Alegre: Cinemateca Capitólio, 2023]. 1 folder.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Exposição fotográfica realizada em 27 de março de 2015 para o evento de inauguração da Cinemateca Capitólio.** Porto Alegre, 27 mar. 2015. 1 fotografia digital creditada a Guilherme Lund. Código de acesso: FCC00120. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=49096>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **O Quatrilho:** Cena externa do longa metragem O Quatrilho filmado na cidade da serra gaúcha, Caxias do Sul. No elenco Alexandre Paternost, Patrícia Pillar, Glória Pires e Bruno Campos. Rio Grande do Sul, 1995. 1 fotografia digital. Código de acesso: FFG00042. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=52817>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Sessão de cinema realizada na Cinemateca Capitólio.** Porto Alegre, 14 dez. 2022. 1 fotografia digital. Código de acesso: FCC00142. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=54505>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Restauração do Cine-Theatro Capitólio:** vista externa. Porto Alegre, 2006. 1 fotografia digital. Código de acesso: FCT00068. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=48923>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Termo depósito legal.** Disponível em: <http://www.capitolio.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Termo de doação de acervo.** Disponível em: <http://www.capitolio.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Tratamento técnico de filmes em películas realizado na Cinemateca Capitólio.** Porto Alegre, 22 jul. 2015. 1 fotografia digital creditada a Guilherme Lund. Código de acesso: FCC00071. Disponível em: <http://capitolio.org.br/portal/acervo/item?id=49034>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CHAPMAN, James. **Film and History (Theory and History).** Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto nº 10.278/2020.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes_digitalizacao__2021.pdf . Acesso em: 09 abr. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ICA). **Documentos de arquivo eletrônicos**: manual para arquivistas. Paris: ICA, 2005. Estudos n° 16. Disponível em: https://adlra.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/13/2014/08/5_ica_estudo161.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; AMÂNCIO, Tunico. Análise e representação de filmes em unidades de informação. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 34, n. 1, 2005. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1105/1228>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

DIAS, Eliane. **Arquivos cinematográficos**: um estudo sobre a difusão do acervo da Cinemateca Capitólio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/135051>. Acesso em: 10 mar. 2023.

EDMONDSON, Ray. **Arquivística audiovisual**: filosofia e princípios. Tradução: Carlos Roberto Rodrigues de Souza. Brasília: UNESCO, 2017.

ESCOUBÉ, Lucienne. **Sauvons les films de répertoire**. França: Pour vous, 1932. Disponível em: <https://www.la-belle-equipe.fr/2019/12/01/sauvons-les-films-de-repertoire-par-lucienn-e-escoube-pour-vous-1932/>. Acesso em: 06 dez. 2023.

ESTUDOS AUDIOVISUAIS. **Formato de filme**. 1 imagem digital, 2016?. Disponível em: <https://estudosaudiovisuais.files.wordpress.com/2016/09/formato-de-filme.jpg>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

IENSEN, Rosemeri Franzin. **Centros de documentação e memória empresarial**. Monografia (Especialização em Gestão de Arquivos) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2194>. Acesso em: 24 set. 2023.

IENSEN, Rosemeri Franzin. **Cronologia Histórica Capitólio**. Porto Alegre: Cinemateca Capitólio, 2019.

JÚNIOR, Fausto Douglas Corrêa. O cinema e a memória da sociedade: o papel das cinematecas na formação e difusão da memória cinematográfica como base de um projeto político/pedagógico. In: Ferreira, Marieta de Moraes (Org.). **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 1-12. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889480_ARQUIVO_Ocinemaeamemoriadasociedade-FaustoD.CorreaJr.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

KENZ, Nadia El. **Les premières cinémathèques**. Communication et langages, Paris: Presses Universitaires de France, p. 80-93, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_1996_num_108_1_2680. Acesso em: 03 fev. 2023.

MAIMONE, Giovana Deliberali. **Documentação cinematográfica**. Departamento de Informação e Cultura, Escola de Comunicação e Artes, USP. Out. 2015. 23 slides.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L. Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. **Informação & Informação**, v. 25, n. 4, p. 256-279, 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38400>. Acesso em: 24 set. 2023.

MOURA, Simone Rolim de. **Entre memória e preservação: uma etnografia sobre a implantação da Cinemateca Capitólio, em Porto Alegre - RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13813>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. **Preservação de fotografias: métodos básicos para salvaguardar suas coleções**. Tradução de Olga de Souza Marder. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

OGDEN, Sherelyn. **Meio ambiente**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. Disponível em: https://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/08/14_17.pdf. Acesso em: 24 de dez. 2023.

OLIVEIRA, Caroline. **O que se perde com o abandono da Cinemateca Brasileira?** São Paulo: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/15/o-que-se-perde-com-o-abandono-da-cinemateca-brasileira#:~:text=Essas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20representam%20outras%20institui%C3%A7%C3%B5es,200%20cinematecas%20do%20mundo%2C%20assinou>. Acesso em: 5 mar. de 2023.

OLIVEIRA, Heverton. **27 de Outubro – Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual**. 2022. Disponível em: <http://www.patrimoniofluminense.rj.gov.br/?p=11766>. Acesso em: 24 set. 2023.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, v. 29, n. 58, p. 1-22, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/112488>. Acesso em: 26 mar. 2023.

QUEIROZ, Gabriela de Souza. Banco de Conteúdos Culturais: preservação e acesso de acervos audiovisuais. **IV Seminário Serviços de Informação em Museus**: informação digital como patrimônio cultural. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, n. 4, p. 71-80, nov. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/11945.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2023.

QUENTAL, José Luiz de Araújo. **A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap**: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: https://ppgcom.uff.br/wp-content/uploads/sites/200/2020/03/tese_mestrado_2010_jos_e_luiz_de_araujo.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

RODRIGUES, Beto. **Ante-projeto coordenação de cinema, vídeo e foto**. Porto Alegre, 1989.

RONCAGLIO, Cynthia; MANINI, Miriam Paula. **Arquivologia e cinema**: um olhar arquivístico sobre narrativas fílmicas. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Júlio Alves dos; UMMEL, Raquel Rodrigues dos Santos Riquelme. **Manual Básico de Conservação Preventiva de Documentos**. Belo Horizonte: Centro de Gestão Documental - Polícia Militar de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/cgdoc/12032021145417107.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gênero documental na arquivística: revisitando o conceito. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, v. 2 n. 4, p. 53-66, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32249/21391>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SELISTER, Leandro. Cinemateca Capitólio. **arqpoa**: guia de arquitetura de Porto Alegre, [201-]. 1 fotografia digital. Disponível em: <https://arqpoa.com.br/app/views/uploads/116-6e3b57a086b19a598afd5a213b3cb434-desktop.jpg>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, Luiz Antonio Santana da; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Os documentos audiovisuais e seu espaço na arquivologia. In: A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC, 2017, Coimbra. **Atas** [...] Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 703-712. Disponível em: <http://sci.uc.pt/eventos/atas/edicic2017.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SOUSA, Fábio Nascimento. **Funções arquivísticas**: contribuições para o cumprimento da lei de acesso à informação. Monografia (Especialização em Gestão de Arquivos) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/114>. Acesso em: 24 set. 2023.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação Preventiva de Acervos**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2351-col-estudos-mus-v1-conservacao-preventiva-de-acervos>. Acesso em: 8 out. 2023.

THE FILM FOUNDATION. **Before & after preservation**. 1 fotografia editada, c2023. Disponível em: <https://www.film-foundation.org/images/beforeafter/IKWIG-after.png>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TRUSZ, Alice. **Histórias do Capitólio**. Porto Alegre: Cinemateca Capitólio, 2022. Disponível em: <https://me-qr.com/pt/mobile/pdf/9532622>. Acesso em: 4 fev. 2023.

VIEIRA, Thiago de Oliveira. **Os documentos especiais à luz da arquivologia contemporânea**: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11824/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Thiago%20Vieira_FINAL_Vers%C3%A3o%20Impressa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 fev. 2023.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MARIA OSMARI

- Em relação a origem do acervo documental da Cinemateca Capitólio, como se deu o surgimento deste acervo?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ROSEMERI IENSEN

- A Cinemateca Capitólio tem como enfoque os arquivos permanentes sobre cinema. Quais são as formas de aquisição desses arquivos e os critérios de avaliação para a aceitação de recebimento dos documentos para o acervo da Cinemateca?
- Por problemas como falta de espaço, ocorre de haver negação de recebimento de algum acervo?
- Como é feita a classificação/quadro de arranjo do acervo? Exemplo: fundos, grupos, séries, subséries e outros.
- O site da cinemateca contém base de dados para pesquisa de acervo. Os elementos de descrição dos documentos contidos no site, seguem algum modelo de descrição da arquivologia, como a NOBRADE ou outra, por exemplo?
- Para difusão, a cinemateca possui um site e blog. Existem outras formas de divulgação do acervo que foram e são feitas? Mesmo que não tenham sido colocadas em prática ainda, existe alguma ideia futura que você pretende desenvolver como forma de visibilidade do acervo documental para o público? E existe mais algum profissional da Cinemateca que trabalhe com o arquivista na difusão deste acervo?
- Se faz existente alguma diretriz e/ou política de preservação do acervo documental da cinemateca?
- Existem manuais de preservação que são consultados e postos em práticas na cinemateca? Se sim, quais?
- Os objetivos da digitalização do acervo seriam para acesso (difusão) e preservação?
- Para a preservação digital, existe algum software ou outro meio para o armazenamento dos documentos digitalizados?
- A conservação documental abarca questões climáticas, físicas e outras. Os documentos estão em um ambiente de temperatura adequada? Sabe-se também que muitas vezes os materiais para acondicionar os documentos podem ser de alto

custo, mas dentro da realidade da instituição, as prateleiras/estantes e armários, conseguem suprir a necessidade de adequação dos documentos?

- Como estão acondicionados os documentos físicos de fotografia; cartazes; recortes de jornais e revistas; relatórios, por exemplo? E os documentos chamados de “multimeios”: disco laser, VHS, DVD, Blu-ray, HD.
- Os filmes em película se encontram em salas isoladas. Os filmes são de material de nitrato, acetato e/ou poliéster? Como é feita a preservação e revisão dessas películas? Na cinemateca é o profissional de arquivologia que manuseia esse tipo de material?

ANEXO A - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
SETOR ACADÊMICO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Nome completo do(a) entrevistado(a):

Documento de identidade:

Autorizo o(a) estudante _____,
regularmente matriculado no Curso de _____
da Faculdade de Biblioteconomia de Comunicação/UFRGS, sob o número (cartão UFRGS)
_____, a utilizar as informações por mim prestadas na elaboração
de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado

e elaborado sob a orientação do(a) Prof.(a) _____

Fui esclarecido(a) sobre a natureza do trabalho e que as informações coletadas serão
utilizadas com fins exclusivamente acadêmicos.

Porto Alegre, de de 2023.

Assinatura do entrevistado